

Aspectos atuais da situação educacional  
e cultural em Pernambuco

of. Roberto Moreira

Capítulo VASPECTOS ATUAIS DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL EM PERNAMBUCO.*J. Roberto Moacyr*1. Infra-estrutura econômica.

Atrás das fachadas e dos anúncios luminosos das avenidas de nossas capitais que refletem a criação de um Brasil novo, de desenvolvimento industrial e comercial, capaz de provocar exclamações admirativas dos que nos examinam e observam superficialmente, reside um mundo de contradições, cujas origens são ainda coloniais, mas que se acentuam, dia a dia, justamente pelos desequilíbrios provocados por tal desenvolvimento, e, por isso, tornam cada vez mais cruciantes, decisivos e perigosos os problemas que de tais contradições resultam.

Pernambuco é bem, a nosso ver, quase u'a miniatura do Brasil, ou, melhor comparando, uma das áreas brasileiras em que as contradições são mais agudas e angustiantes. Temos ali a quase metrópole que é o Recife, uma área urbana em expansão, que não só tem a beleza dos rios graciosos de contorno, não só o velho e novo de uma arquitetura cujos contrastes se realçam mutuamente em bizarría de tons e de linhas, mas também o dinamismo realizador que, criando, na indústria de transformação e no comércio, novos processos, mais reprodutivos e mais rendosos, permitem a expansão metropolitana, sem, todavia, ter repercussão na vida da grande população interior. Ali, talvez de maneira mais acerba que em muitas capitais brasileiras, ali, sim, como o afirmou o "Diário de Pernambuco", em artigo de 20 de março de 1955, "atrás das fachadas e dos anúncios luminosos da Avenida Guararapes está a miséria, rondando em vários trechos urbanos, suburbanos e rurais..." Como que duas economias, duas civilizações, duas culturas convivem lado a lado, na mesma área: a do mocambo e dos palacetes ou das avenidas. Muito semelhante ao nosso, sob certos aspectos, esplendoroso Rio de Janeiro da Avenida Atlântica, do Jockey, dos teatros e das "boites", e o outro, o da praia do Pinto, do Esqueleto, da Mangueira, tão vizinhos, tão

próximos, sob um sentido, mas tão contraditórios, tão distantes , sob outro. Praticamente, em qualquer das nossas cidades mais progressistas, mesmo na semi-germânica e industriosa Blumenau, do Vale do Itajaí, êsse contraste se realiza, tão inexplicável aparentemente, quão grave e perigoso.

Não é êle, porém, senão o resultado de condições criadas pelo sistema colonial de economia e de trabalho, não modificadas pelo Império, e que a República ainda não conseguiu irradiar, apesar do surto industrial que comove o Brasil nos dias contemporâneos. No fundo, êsse mesmo surto padece ainda do imediatismo mercantilista que nos começou a devastar desde o século XVI, revestindo-se, em muitos dos seus aspectos, de não autenticidade, por falta de pioneirismo, de risco, de perseverança e de objetivos mais remotos. De muito da nossa indústria nascente se pode dizer o que se diz dos queimadores de florestas que, derrubando as árvores, para transformá-las em carvão, não as replantam, porque só os netos ou bisnetos se beneficiariam de tal replantio. No Paraná, certa vez, há dois ou três anos, um parente me dizia que as dificuldades cambiais do Brasil eram u'a mina de dinheiro. Êle próprio se metera a fabricar molas de caminhão, não muito boas, e nem precisavam ser, porque não podiam sofrer a concorrência estrangeira... Estava ganhando um dinheirão, pois os motoristas eram obrigados a nunca deixar de levar, nas viagens pelas estradas constantemente esburacadas, alguns feixes de molas sobressalentes. Nem tôda a nova indústria brasileira se reveste dêsse caráter mercantilista, mas êle é bem visível. É possível, também, que dêsse mercantilismo venha a resultar algo de mais sólido e de objetivos superiores, no dia em que se tiver que enfrentar uma concorrência mais dura, de disputa de mercado, de luta e de risco.

Em Pernambuco mesmo, há anos que se luta pela melhoria dos processos de industrialização do açúcar, sem êxito, porque as usinas, como estão, e sua produção protegida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, têm lucro certo. Contou-me um engenheiro que êle próprio, mediante uma pequena percentagem sobre o aumento da produção, propusera a um usineiro melhor tecnologia no fabrico do açúcar, sendo repellido porque ia ganhar muito... Esta é sem dúvida uma

mentalidade contraditória, tipicamente mercantilista, oposta ao do capitão de indústria que cria o seu império industrial enriquecendo a muitos, principalmente aos engenheiros, aos técnicos ...

O que é fato, porém, é que o mercantilismo de base agrícola, originário da colônia, se está substituindo pelo de base industrial, nas condições atuais, mais fácil e mais rendoso, sem o risco das intempéries e das pragas. Daí que, enquanto a nossa produção agrícola tende a se desenvolver em progressão aritmética, a industrial o faz em progressão geométrica. Pelo menos agora, assim parece ser; é possível que, de futuro, tudo se modifique por um melhor equilíbrio de ambas as produções, quer pelo fator já indicado da concorrência industrial, quer pela progressiva mecanização da agricultura e modernização de sua tecnologia.

Em todo caso, agora a realidade que enfrentamos é a das áreas agrícolas e interiores, paupérrimas, de baixa produção, em regime de latifúndio ou de minifúndio, semi-decadentes, mal exploradas por técnicas primitivas, capazes de remunerar apenas alguns e mantendo sempre a maioria da população num baixo padrão de vida simplesmente vegetativa. Ao lado delas e, até certo ponto, às suas expensas, se desenvolvem as áreas urbanas, industrializadas ou semi-industrializadas, como a de Recife, especuladoras e mercantilistas, com os seus contrastes que, em última análise, resultam da própria contradição entre a vida rural e a vida urbana. Se, num sentido, como deixamos entrever no capítulo sobre o Recife, a área metropolitana invade e domina a vizinhança rural, em outro é toda a área rural e interior que tende, pela criação das populações marginais dos mocambos, a invadir e contraditar a metrópole. Não se trata de uma interdependência positiva e útil social e econômica - mente, mas negativa e problemática. É o interior pobre e andrajoso que, pelo mocambo, impede a cidade de ser cidade, e é esta que, pelo seu mercantilismo e pelas suas condições de vida, explora o interior, exaurindo-o de seus próprios recursos.

Acreditamos, com Gilberto Freyre, que toda cidade depende de uma certa área rural e que esta depende daquela, numa in-

terdependência real, positiva. O que se dá com grande número de nossas capitais, entre elas o Recife, porém, é que, estabelecidas as condições para uma nova forma de vida econômica, dependente das cidades, ela, em vez de refletir-se sobre a área rural correspondente, num sentido construtor, o faz de modo devastador, justamente porque as atividades rurais, sem base tecnológica, rentabilidade suficiente e dinamismo realizador, tendem a ser substituídas pelas novas atividades urbanas. A interdependência é, portanto, negativa ou não existe, substituída que é pela predominância da cidade. Assim, ainda não podemos dizer, com aquele sociólogo, como de um fato já realizado, que "o grito de hoje é diferente daquele pronunciado por D. Pedro I. Deve ser interdependência ou morte! Interdependência de municípios, regiões e nações..." É um ideal, algo que temos de realizar ou atender como a um imperativo categórico. E é isso, exatamente, o que aquele sociólogo pretendeu significar.

Em Pernambuco se reflete bem a situação geral do país, com uma agravante, que é a de ter renda per capita inferior à do país tomado como um todo. Enquanto a população de Pernambuco corresponde aproximadamente a 7,00% da do Brasil, sua parcela da renda nacional corresponde a apenas cerca de 3,60% da de todo o país. Mas, no que toca às origens de tal renda, as proporções são as mesmas que se observam no país considerado em bloco. Dois terços da população pernambucana, como dois terços da população brasileira, residem inteiramente em áreas rurais, e, como no resto do país, esses dois terços da população produzem apenas um terço da quota estadual da renda nacional, pois, se esta, em 1952, em Pernambuco foi de onze bilhões de cruzeiros, a que resultou das lavouras, da produção animal e derivados e das atividades extrativas, atingiu, naquele Estado, a pouco menos de três e meio bilhões. Se tivermos em vista que os salários pagos, o que vale dizer a renda de trabalho predominantemente urbano, somaram a quase 3 bilhões e os lucros das empresas, também predominantemente urbanas, a quase um bilhão, temos que, embora o rurícola desconheça esses dados, sente-os nas suas conseqüências, ou melhor, nas que resultam da situação econômica que tais dados numéricos descrevem.

Esse desajustamento entre a vida econômica rural e a

urbana, como já dissemos acima, se reflete na própria vida urbana, em que o afluxo da mão de obra proporcionado pelos mocambos em expansão avilta as profissões menos especializadas, nas quais dificilmente o trabalhador obtém mais que o salário mínimo. Em um artigo do "Diário de Pernambuco", datado de 20 de março de 1955, encontramos a descrição de um levantamento sócio-demográfico, feito no Cais do Areal (Recife). Os salários da população que ali vivia, variavam de 200 a 3600 cruzeiros, sendo que com este último limite se registrou apenas um caso. Cinco famílias tinham, cada uma, apenas a renda mensal de 200 cruzeiros. Como corolário, 170 menores em idade escolar não frequentavam escola alguma. Era uma população constituída por gente do interior, vinda para o Recife à cata de trabalho ou de melhor salário.

Essa situação explica os problemas que Pernambuco enfrenta no terreno da educação e do desenvolvimento cultural. Não há como não concordar com o Padre Lebret em afirmar que, por causa do baixo nível de vida da população como um todo e por causa do seu rápido crescimento, o Estado, como todo o Nordeste, se apresenta em grave crise que exige solução extremamente urgente. E essa solução não é exclusivamente educacional, embora a educação possa cooperar para ela, é de planejamento geral, mas sobretudo econômico e de produção. E, aqui, ainda tem razão o Padre Lebret, quando nos leva a concluir que Pernambuco sozinho não pode resolver os seus problemas. "A crise de planejamento não poderá ser superada se cada Estado procurar fazer prevalecer o seu ponto de vista, sem pensar que êle faz parte de um conjunto mais amplo, com o que, finalmente, toda a região lucrará". É uma questão de interdependência ou morte, como diria Gilberto Freyre... Finalmente, aos recifenses orgulhosos do crescimento da sua cidade, é preciso ponderar que "o fenômeno da urbanização não preparada é um fenômeno de fracasso humano porque é produtor do subproletariado".

Pela consideração do que dissemos nos capítulos anteriores e do que acabamos de expor, é fácil compreender a situação educacional de Pernambuco e verificar que ela não poderia ser muito melhor do que é, dada a interrelação dos fatos sociais e cultu-

rais, sempre em situação de mútuo condicionamento. A simples relação entre disponibilidade econômica e possibilidade de inversão em educação, é um modo de demonstrar a fraqueza desta.

Em 1953, apenas cerca de 7.000 pessoas tiveram renda superior a 30.000 cruzeiros, e, destas, 3.242 entre 30 e 60 mil, 1.831 entre 60 e 120 mil, 795 entre 120 e 200 mil, 586 entre 200 e 400 mil, 173 entre 400 e 600 mil, 134 entre 600 e 1.000, 70 entre 1.000 e 2.000, 8 com mais de 2.000.000 de cruzeiros. A renda total desse grupo de perto de 7.000 pessoas foi naquele ano de perto de 900 milhões. Considerando-se que, somados a esse grupo, os seus dependentes, o total de pessoas beneficiadas por essa renda era de cerca de 15.000, vê-se que a renda per capita dessa pequena porção da população pernambucana (0,45%) foi de 60 mil cruzeiros em média e, como cerca de 50% do grupo deve ter tido renda muito inferior a essa, conforme se deduz dos dados acima, segue-se que apenas umas 3.000 pessoas tiveram renda per capita; superior a um salário mensal de cinco mil cruzeiros, contrastando-se este com a da população do Estado (cerca de 275 cruzeiros mensais per capita), se verifica a imensa pobreza desta em benefício de um pequeno grupo.

Correspondendo este quantum de 275 cruzeiros mensais per capita a u'a média aritmética, é fácil perceber-se que grande parte da população, cerca de 50% tem renda menor. Se tivermos em vista, mediante cálculos realizados com base em dados obtidos em diversas fontes, que o mínimo necessário à manutenção de uma criança de 10 anos, em 1954, no Nordeste Oriental, era de 33 cruzeiros diários (considerando um mínimo racional de alimentação, habitação e vestuário) e que, segundo os mesmos cálculos, o de um adulto seria de 52 cruzeiros, verifica-se quão insatisfatória é aquela renda média per capita, pois, pelo confronto entre esta e aquêles cálculos, chegamos à conclusão de que ela corresponde a apenas 1/3 do necessário à satisfação das necessidades básicas, mínimas, de um ser humano no Nordeste Oriental, onde se acha situado o Estado de Pernambuco. Praticamente, mesmo que se considerem muito precários os nossos cálculos, o pernambucano, como grande parte da população brasileira, não dispõe de recursos para custear a sua própria educação. Resta saber agora se o Estado e os municípios, com seus recursos orçamentários, podem dar ao povo aquilo que ele não pode adquirir.

## 2. Correlação entre o investimento em educação e seus resultados.

Este problema, para ser resolvido, depende primeiramente de se calcular o custo do aluno-ano, isto é, o mínimo necessário ao custeio de um aluno por ano, tendo em consideração o indispensável à educação que se lhe quer dar nesse período, o que se pode fazer de dois modos: a) simplesmente obtendo o quociente da importância gasta com ensino primário e com os outros graus de ensino, pelo número de alunos matriculados em cada um desses graus, o que seria a determinação do preço médio atual do aluno, qualquer que seja a qualidade da educação que se lhe proporciona; b) considerar um mínimo qualitativo de ensino em cada grau e em seguida avaliar o custo provável desse mínimo, quer levando em conta grupos de alunos, quer o aluno-ano. No primeiro caso, são conseguidos elementos para avaliar aproximativamente o que o Estado e os municípios ainda precisam gastar para oferecer a educação, que já estão proporcionando a uma grande parcela da população em idade escolar, a todo o grupo compreendido nos limites dessa idade. No segundo caso, teremos base para saber se o que se gasta é suficiente para o mínimo educacional que se tem em vista e que se devia oferecer aos que já estão frequentando escolas; obviamente, a partir daí, não só se poderia calcular o necessário para estender esse mínimo a toda a população em idade escolar, mas sobretudo determinar se há ou não desperdício na atual inversão de recursos, desde que se examinem também os aspectos qualitativos da educação que atualmente é ministrada, obtendo deles um juízo de valor mais ou menos justo e adequado. Neste e no próximo capítulo, tentaremos atacar o problema de ambos os ângulos indicados.

Por agora admitiremos, como hipótese de trabalho, que não se pode encontrar educação qualitativamente melhor, (se tivermos em consideração apenas um mínimo) que a proporcionada presentemente às crianças e aos jovens pernambucanos.

Antes do cálculo em questão vejamos, porém, se o Estado e os municípios estão realizando, em matéria de inversão de recursos, o que deles exige a Constituição de 1946, isto é, que 20% da receita proveniente dos impostos arrecadados seja aplicada em

educação pública. Os seguintes números darão conta disso:

ESTADO DE PERNAMBUCO - despesa com a educação				
Ano	Receita dos impostos	20% de acôrdo com a Constituição	Despesa realizada c/educação Pública	Diferença
1947	221.393.000	44.278.600	36.050.000	- 8.228.000
1950	332.030.000	66.406.000	58.701.000	- 7.705.000
1951	500.730.000	100.146.000	103.271.000	+ 3.125.000
1952	496.249.000	99.249.800	114.096.000	+ 14.846.200
1953	589.021.000	117.804.200	108.759.000	- 9.045.200
1954	755.831.000	151.166.200	125.353.000	- 25.813.200

Com exceção dos anos de 1951 e 1952, as despesas com educação estiveram sempre abaixo do mínimo estabelecido pela Constituição, embora, nos últimos anos a diferença não seja substancialmente grande. Se admitirmos que esse mínimo realmente não pode ser menor, concluímos que o Estado não está fazendo grande esforço, financeiramente, para resolver os seus problemas educacionais.

Caberia, entretanto, perguntar se Pernambuco pode ou não realizar esforço maior do que aquele indicado pelas cifras acima. Sendo um Estado tipicamente sub-desenvolvido, pensamos que seus administradores teriam sobrada razão para inverter mais ou o máximo naqueles setores que favorecessem mais de perto a saída progressiva de tal condição de sub-desenvolvimento. Já dissemos anteriormente que a educação pode contribuir para isso, mas, à luz da história dos tempos modernos, se verifica que ela não é fator único, nem o mais importante ou decisivo. Da interrelação dos fatos econômicos, sociais e políticos, se conclui, com bastante probabilidade de exatidão, que ela é mais uma resultante que uma condicionante, principalmente se levarmos em conta a sua institucionalização. Nos estágios primitivos da civilização, a escola não existia e a educação era informal, realizando-se mais por imitação e participação nas

atividades grupais que por qualquer meio de orientação ou direção intencional e formal. A própria escola elementar e de caráter popular, isto é, para todos, só surgiu depois das profundas mudanças econômicas, sociais e políticas que caracterizaram o que chamamos Renascença e Reforma. Por outro lado, não é difícil verificar que, nos dias contemporâneos, os países economicamente mais desenvolvidos são os que podem dar mais e melhor educação e que esta se desenvolveu e se universalizou entre os seus respectivos povos, à medida que se realizava o progresso econômico.

Pode-se, entretanto, argumentar que tal progresso é facilitado quando, se devidamente planejado, não perde de vista o preparo concomitante para realizá-lo, pela educação. É o que se procura fazer em várias regiões sub-desenvolvidas no mundo contemporâneo, colocando assim em dependência recíproca o desenvolvimento econômico e o educacional.

Não encontramos em Pernambuco, senão em fase de ensaio ou de estudo, qualquer planejamento neste sentido; não descobrimos na Secretaria de Educação e Cultura qualquer preocupação em correlacionar seus programas educacionais aos de outros órgãos administrativos do Estado, nem percebemos tão pouco que estes julgassem que os problemas de ensino e desenvolvimento cultural tivessem alguma relação com os seus próprios. Talvez que tal correlação de planos só tivesse lugar para fins financeiros, na ocasião de organizar os orçamentos anuais, considerando tão somente o que poderia ser gasto em cada setor administrativo, ou seja, para determinar o limite de despesa de cada órgão. Interrelacionamento de planos administrativos, todavia, não conseguimos vislumbrar, fato, aliás, também observado por nós em outros Estados da Federação, cujo levantamento educacional realizamos em 1954 e 1955, todos eles no Sul do Brasil.

Isto não obstante, tivemos a impressão de que Pernambuco se preocupa e se esforça para criar condições concretas, reais, de desenvolvimento mais acelerado. O Pe. Lebrez também o percebeu e, por isso, ponderou que tal aceleração, necessária e urgente, deveria obedecer a planos globais de partes, racionais e objetivamente, conectadas e interrelacionadas, planos esses não apenas

limitados ao Estado, mas abrangendo toda a região nordestina, dada a interdependência dos seus problemas. Para documentar a preocupação do Estado com o estabelecimento de condições concretas para o seu desenvolvimento, basta ter em consideração, julgamos, o que despende com outros setores administrativos, e comparar esses quanta com as despesas públicas educacionais.

ESTADO DE PERNAMBUCO - despesa pública em milhões de cruzeiros								
Anos	Despesa total	Desp. c/ educação	% s/ o total	Desp. c/ saúde pública	% s/ o total	Desp. c/ serv. de util. públ.	% s/ o total	
1947	288,79	36,05	12,48%	40,78	14,12%	14,23	4,93%	
1950	477,27	58,70	12,30%	92,94	19,47%	33,67	7,05%	
1951	615,50	103,27	16,78%	91,18	14,82%	34,95	5,68%	
1952	763,60	114,10	14,95%	113,38	14,85%	116,91	15,31%	
1953	768,84	108,76	14,15%	116,64	15,17%	132,69	17,26%	
1954	902,03	125,35	13,90%	131,04	14,53%	159,91	17,40%	
	Desp. c/ fomento	% s/ o total	Desp. c/ admin. geral	% s/ o total	Segur. Pública	% s/ o total	Outras despesas	% s/ o total
1947	26,55	9,19%	24,42	8,46%	49,96	17,30%	96,80	33,52%
1950	31,70	6,64%	35,35	7,41%	71,64	15,01%	153,24	32,12%
1951	47,34	7,69%	59,81	9,72%	119,88	19,48%	159,07	25,83%
1952	65,73	8,61%	62,31	8,16%	137,35	17,99%	153,90	20,13%
1953	64,54	8,40%	62,45	8,12%	129,30	16,80%	154,46	20,10%
1954	76,50	8,48%	65,40	7,25%	126,88	14,07%	219,95	24,37%

Nota: As percentagens das despesas com educação e com outras espécies de serviços são calculadas sobre o total da despesa e não sobre a arrecadação dos impostos; daí serem relativamente mais baixas que se calculadas, conforme o preceito constitucional, sobre a receita dos impostos.

Pela tabela anterior se verifica que as principais despesas do Estado de Pernambuco, nos últimos anos, se têm realiza-

do, em percentagens muito próximas umas das outras, nos setores de educação pública, saúde pública, serviços de utilidade pública (obras) e segurança pública. Em 1954, os gastos com educação atingiram a 13,90% das despesas totais do Estado, os com saúde pública a 14,53%, e os com serviços de utilidade pública a 17,40%. Cerca de 46% das despesas do Estado corresponderam, portanto, a serviços essenciais ao seu desenvolvimento. Se tivermos em vista que o índice de rodoviação de Pernambuco, levando em conta a quilometragem rodoviária, a população e a superfície, era de 1,9 em dezembro de 1954, inferior ao da Paraíba (2,4) e ao do Rio Grande do Norte (2,0) e apenas levemente superior ao índice médio da região (1,7), se compreende que os serviços de utilidade pública devam merecer grande esforço, talvez mensurável pelo que neles se investe, justificando-se assim, até certo ponto, maiores despesas neste setor que no de educação. É preciso não esquecer que, além das estradas, outras obras públicas justificam ou exigem essa maior despesa.

Já no que diz respeito à saúde pública, devemos considerar que, em 1953, o Estado dispunha de uma organização hospitalar e para-hospitalar que compreendia um total de 225 estabelecimentos, sendo 164 oficiais e 61 particulares; do total, 109 eram hospitais, clínicas, ambulatórios e congêneres, sendo que 50 possuíam gabinete de raios X, 49 dispunham de laboratórios clínicos, 62 proporcionavam internamento para doentes, 33 eram maternidades, 22 se ocupavam com o pronto-socorro, 94 eram ambulatórios. Mas ainda aqui a macrocefalia urbana se manifesta: de um total de 7 069 leitos, 4 915 se achavam em Recife; de 906 médicos, 770 trabalhavam na Capital; e de 480 enfermeiros, 344 prestavam serviço também na Capital. Pelos dados acima, compreende-se que, apesar do clima salubre que caracteriza quase todo o território pernambucano, o esforço pela saúde pública tem sido grande, o que se justifica, uma vez que sejam consideradas as condições econômicas do Estado e, por isso, o estado de subnutrição do seu povo, fator que favorece doenças como a tuberculose e outras. Vemos, portanto, que as despesas com a saúde pública, em percentagem quase igual, ou mesmo um pouco superior, à com educação, parece justificar-se, plenamente, sendo de super-se que muito mais ainda precise ser feito.

As despesas com segurança pública, que correspondem a uma parcela elevada do total, igualando-se, quase, às com educação ou com saúde pública, abrangem a assistência social e os serviços judiciários, além dos policiais, referindo-se, portanto, a um amplo setor de administração pública, que poderíamos, se os dados de que dispomos o permitissem, subdividir em outros, cujas percentagens cremos que seriam plenamente justificáveis.

Finalmente o que antitulamos como outras despesas, e que, em 1954, corresponderam a 24,37% do total, abrange obrigações como de exação e fiscalização financeira, serviços industriais, dívida pública e encargos diversos.

Examinando a receita e a despesa previstas para 1955, quando fizemos a coleta de dados para o presente trabalho, vemos que a proveniente de impostos foi prevista em 851 milhões de cruzeiros e que as despesas com educação atingiram a 188,29 milhões, isto é, a 22,12% daquela receita, o que satisfaria plenamente o preceito constitucional relativo à inversão em ensino público.

Vemos, portanto, por tudo quanto foi exposto com base na tabela examinada, que Pernambuco dificilmente poderá gastar mais do que está fazendo, com a educação do seu povo, se considerarmos a administração estadual. Logo mais veremos se os municípios se acham nas mesmas condições.

Tratemos agora, para efetuar a comparação que indicamos no início deste item, do preço do aluno-ano nas escolas estaduais.

Em 1953, o Estado gastou com o ensino elementar o total de 90.942.488 cruzeiros, assim distribuídos:

Professores e pessoal administrativo .....	81.592.888
Obras e construções .....	100.000
Equipamento escolar .....	1.575.000
Material permanente .....	152.200
Material de consumo .....	1.723.800
Assistência aos escolares .....	4.013,400
Outras despesas .....	1.785.200

Considerando que, no referido ano, a matrícula efetiva nas escolas elementares mantidas pelo Estado não foi além de 70.000 alunos, temos que o preço do aluno-ano, em 1953, foi de aproximadamente 1.300 cruzeiros. Atualmente, isto é, em 1955, segundo informação que nos foi prestada na Secretaria de Educação e Cultura e computando as despesas com o serviço de merenda escolar e de saúde, que correm por conta de outras secretarias de Estado, calculamos que o preço de aluno-ano seja de aproximadamente 2.300 cruzeiros.

Para o estabelecimento de comparações que melhor esclareçam o problema em vista, vejamos agora o que acontece com os municípios pernambucanos. Realizaram eles a despesa total de aproximadamente 35 milhões de cruzeiros com educação em 1953. Como, na sua quase universalidade, os municípios só realizam ensino elementar, podemos dizer que essa despesa foi toda com este grau de ensino. Já que a matrícula efetiva nas escolas municipais, naquele ano, andou por perto de 120.000 alunos, temos que o preço do aluno-ano não atingiu a 300 cruzeiros. A explicação está em que as administrações municipais não dão às suas escolas mais que ao professor, geralmente sem formação pedagógica, percebendo baixo salário (de Cr\$300,00 a Cr\$ 500,00 em 1955), algum escasso material e equipamento. São escolas paupérrimas, mínimas em suas instalações e recursos, tanto quanto em sua eficiência educacional. Em 1955, com base em dados de 16 municípios, parece que a situação não mudou, conservando-se o preço do aluno-ano nas escolas municipais em cerca de 300 cruzeiros.

Verifica-se, então, desde logo, dois mundos escolares em Pernambuco, um extremamente pobre e outro remediado e, mesmo assim, muito distante do primeiro em recursos e inversão no ensino. A escola municipal é a rural, a pioneira, a que penetra nas áreas mais distantes e interiores. A escola estadual é a predominantemente urbana, que presta serviço às sedes municipais e às vilas mais importantes. Como não podia deixar de ser, a municipal é a que atende ao maior número de alunos, a quase duas vezes mais que as estaduais -- (1,8 vezes ou a 63% das crianças matriculadas nas escolas públicas). Temos, assim, novamente caracterizada a disparidade cultural entre duas populações, nos próprios meios de educação de que dispõem. Os chamados problemas do êxodo e da fixação das populações rurais em -

contram, pois, na escola um fator de agravamento ou de impedimento de solução. Para toda a gente que mora no interior e vive de atividades rurais, quer agrícolas, quer pecuárias ou extrativas, a cidade tem que ser o céu, o lugar ideal, onde a vida é mais fácil e mais risonha...

Se somássemos as despesas e as matrículas escolares, tendo em vista as escolas municipais e as estaduais, no ano de 1955, teríamos, de um lado, o total de Cr\$ 165.720.000,00 como inversão no custeio e manutenção das escolas elementares públicas, em Pernambuco, e do outro lado, o total de aproximadamente 240.000 alunos matriculados nessas escolas. O preço do aluno-ano não poderia ultrapassar, portanto, de 700 cruzeiros.

Tentemos calcular agora o que seria preciso gastar para atender às necessidades mínimas de Pernambuco no que diz respeito ao ensino elementar. Supondo a escola primária como tendo um mínimo de quatro séries, correspondentes a quatro anos de estudos, os quais deveriam abranger as idades de 7 a 10 ou de 8 a 11 anos, teríamos, num ou noutro caso, aproximadamente, em 1955, a população escolar de 420.000 crianças, com base no censo de 1950 e na taxa geométrica anual de crescimento da população, calculada pelo I.B.G.E. O resultado é que, para dar essa escola mínima de quatro anos, tendo em vista o preço médio, mínimo, de 700 cruzeiros por aluno-ano, dever-se-ia despendar pelo menos 294 milhões de cruzeiros em 1955. Considerando, porém, que as escolas particulares atenderam, naquele ano, a cerca de 60.000 crianças, o total de alunos a serem atendidos se reduziria a 360.000, o que implicaria uma despesa mínima de 252 milhões de cruzeiros. Seria preciso, portanto, que Estado e municípios investessem perto de 90 milhões mais do que vêm fazendo, em ensino elementar. E isso para realizar apenas um mínimo, pois a escola elementar de quatro anos é insuficiente, e, além do mais, é preciso não esquecer que a faixa de idades consideradas fica aquém do que se deva levar em conta para dar ensino elementar à população infantil que dela necessita; acima de 10 e 11 anos existe um grupo que podemos avaliar em perto de 100 mil pré-adolescentes que não têm instrução alguma. Além desta agravante, devemos considerar ainda que nos cálculos acima, pusemos em linha de conta as despesas que seriam

necessárias para ampliar e melhorar as condições materiais da matrícula escolar, tais como aumento de muitos prédios existentes, construção de novos, etc.

A conclusão lógica é que a administração estadual e as administrações municipais de Pernambuco não dispõem dos recursos necessários para dar ensino elementar mínimo a toda a sua população em idade escolar.

Como o estado geral da população é de pobreza, não acreditamos que a iniciativa particular possa, em escala muito maior do que a atual, contribuir para suprir as deficiências de recurso apontadas.

O que parece certo é que o Governo Estadual tem que se esforçar para reduzir o preço do aluno-ano nas escolas estaduais, que os governos municipais devem esforçar-se por aplicar um pouco de recursos orçamentários em educação popular e que o Governo Federal deve contribuir em mais larga escala para suprir as deficiências locais do Estado e de toda a região nordestina. Mas, para que tudo possa operar e apresentar resultados satisfatórios, é imprescindível uma coordenação geral de esforços, nas três esferas administrativas, segundo um plano de financiamento da educação popular para o qual contribuam todas as três, com o máximo de suas possibilidades e com um critério racional e equânime de aplicação dos recursos que se conseguirem. Na situação atual, tem-se impressão de desperdício por parte do Estado, de insuficiência por parte dos municípios e de quase ausência do Governo Federal no setor do ensino elementar.

Para resolver, porém, esse problema de dar um mínimo de educação escolar primária a todo o Estado, numa distribuição melhor dos meios e recursos disponíveis ou que se tornarem disponíveis, não vemos como deixar de recomendar, de um lado, a redução do preço do aluno-ano nas escolas estaduais, de outro, a elevação do mesmo nas municipais. São problemas sérios, cuja solução depende de completa mudança na política educacional até agora seguida. O capítulo final deste trabalho é reservado para uma série de sugestões, em que procuraremos dizer também alguma coisa a respeito deste assunto.

3. A situação do povo em relação às técnicas culturais básicas, da leitura e da escrita.

A população de Pernambuco que, em 1940, atingiu a perto de 2.700.000 habitantes, passou em 1950 a 3.400.000, devendo ter hoje mais ou menos 3.800.000. Da população apurada em 1950, 2.230.000 aproximadamente residiam na área rural, 500.000 nas áreas urbanas e 670.000 nas áreas suburbanas, isto é, nas vizinhanças das áreas urbanas. A soma das duas últimas parcelas, 1.170.000 deveria corresponder à população atendida pelas escolas estaduais e particulares, que, a nosso ver e com base em observação feita in loco e na relação de escolas que obtivemos nas Secretaria de Educação e Cultura, são predominantemente urbanas.

Admitindo, como hipótese de trabalho, que a relação entre a população rural e a população urbana não se alterou substancialmente de 1950 para 1955, esta deveria ser, no último ano, de aproximadamente 1.310.000. Admitindo igualmente que a relação numérica entre os diferentes grupos de idade não se tenha grandemente alterado, chegamos à conclusão de que as escolas estaduais e particulares deveriam atender o mínimo de 157.000 crianças que residiriam nas áreas urbanas e suburbanas. Ora, em 1955, as matrículas nas escolas estaduais e particulares, tendo em vista o ensino primário fundamental comum, de 4 anos, não foram além de 126.000 alunos, pelo que podemos concluir que, nas áreas urbanas e suburbanas de Pernambuco, existem pelo menos 31.000 crianças sem escola. Se quisermos ter em conta que os municípios também instalam escolas urbanas, reduzindo portanto esse déficit, não menos verdade é que, entre as estaduais, existem várias rurais, de modo que nem todos os alunos que consideramos como urbanos e suburbanos o são realmente, compensando-se, assim, o que é feito pelas prefeituras municipais.

Se quase 9% das crianças em idade escolar das áreas -- mais acessíveis à ação do ensino público e particular, ficam à margem de qualquer educação institucionalizada, é claro que Pernambuco deverá, durante muito tempo, apresentar ainda percentagem muito significativa de analfabetos e iletrados.

Já nas áreas rurais, cerca de 50% das crianças em idade de frequentar a escola primária fundamental comum, não são atendidas. Estimando que esta população seja no mínimo de 200.000 crianças, e verificando que as matrículas, em 1955, nas chamadas escolas rurais, predominantemente municipais, pouco ultrapassou dos 100.000 (\*), a percentagem estabelecida não é absurda. De um modo geral, pois, cerca de 131.000 crianças em idade escolar deixaram de ser atendidas pelo sistema pernambucano de ensino elementar, em 1955.

Isto significa que a escola elementar comum, naquele Estado, deixa de atender a cerca de 32% das crianças que dela necessitam.

Poderíamos perguntar se, pela consideração do ritmo verificado de aumento progressivo, anual, das matrículas, não haverá possibilidade de ser suplantado esse deficit. Tememos que não, tendo em vista três séries de dados, que podemos resumir nos números que exprimem a matrícula efetiva no curso primário de quatro anos, em 1945, em 1950 e em 1955. A progressão que esses dados nos sugerem é decrescente. De aproximadamente 93.000 alunos em 1945, passou a matrícula para 184.000 em 1950, e para 226.000 em 1955, isto é, no primeiro quinquênio o aumento foi de 87%, ao passo que no segundo, de 22%. O seguinte resumo demonstra que o progresso se acentuou mais no período de 1946 a 1948:

1945	-	93.000
1946	-	100.000
1947	-	120.000
1948	-	165.000
1949	-	176.000
1950	-	184.000
1955	-	226.000

(\*) A discrepância entre os dados do presente item e os do item anterior, resultam de que, antes, consideramos o ensino primário geral, e agora, tão somente o fundamental comum, de 4 anos, que é a verdadeira escola popular. A utilização daqueles dados e destes, em itens diferentes, se justifica apenas porque no primeiro caso desejávamos ter em conta o preço do aluno-ano, isto é, u'a média geral, ao passo que aqui consideramos as possibilidades de ensino elementar básico, isto é, necessário para um mínimo de desenvolvimento tecnológico.

Naturalmente, para facilidade de trabalho, os números foram arredondados, de acordo com as regras que regem essa operação. Por eles se tem a impressão de que, atacado com mais vigor o problema do ensino popular entre 1946 e 1949, a partir deste último ano, não foi possível manter o mesmo ritmo, por ter o Estado atingido quase os limites de suas possibilidades de inversão em educação pública. Se fôr possível manter a taxa de crescimento das matrículas em 22% por quinquênio, e considerando que o crescimento aproximado da população é de 12% por quinquênio, acreditamos que Pernambuco possa vir a eliminar o deficit escolar primário dentro de 15 a 20 anos. A dúvida reside em que possa ser mantido o ritmo do último quinquênio. Os fundamentos dessa dúvida têm base não só no que foi exposto em todo este capítulo até aqui, mas também na necessidade de, a medida que aumentam as matrículas, se deverem ampliar as instalações, a formação do magistério, o equipamento e o material didático. Isso tudo impõe, às vezes, aumentos bruscos de despesas; por exemplo: uma escola de trezentos alunos, atendidos num só turno, pode duplicar o número de seus alunos pela criação de um segundo turno e, mesmo, triplicá-lo em três turnos, com acréscimo pequeno, relativamente, de despesas; mas, a partir daí, para quadruplicar o número inicial de alunos, as despesas serão consideravelmente maiores, pois o recurso será construir novo prédio, providenciar novo equipamento, material, etc. Numa cidade como Recife foi fácil, por esse meio, triplicar as matrículas escolares, mas já agora tudo se torna bem difícil, dado o custo exagerado dos terrenos, do material e da mão de obra para a construção de novos prédios escolares numa cidade como aquela.

Se a cidade do Recife tem essa dificuldade que é real, porque pudemos verificar que tôdas as suas escolas públicas, por nós visitadas, estão super-lotadas, não podendo conseqüentemente atender a toda a população em idade escolar, o problema no resto do Estado tende a ser muito grave. Teoricamente, Recife deve apresentar um deficit de aproximadamente 13.000 crianças sem escola, ou de aproximadamente 20% de sua população em idade escolar primária. O nosso cálculo é, porém, otimista, pois não toma em consideração as pessoas de mais de onze anos e menos de 15 que não conseguiram

frequenter a escola. Nos países mais adiantados do mundo, em que a escola primária, por força de organização extensiva e qualitativa, só atende a uma faixa de idade bem definida, a percentagem da população que se encontra nessa escola varia de 13 a 15% sobre o total de tôdas as idades. Admitindo que no Brasil devêssemos ter a mesma percentagem, a tabela abaixo, relativa a dados de 1950, que arredondamos, expressa bem o tremendo déficit escolar de Pernambuco:

MATRÍCULA, E PROFESSORES NA ESCOLA PRIMÁRIA, E POPULAÇÃO - 1950

Municípios	Matrícula	População	% da matrícula s/a pop.	Profs.	Nº médio de alunos p/ professor
Recife	50.000	525.000	9,5%	1.662	30
Afogados	1.800	24.000	7,5%	62	29
Agrestina	1.300	14.000	9,3%	65	20
Água Preta	1.800	34.000	5,3%	49	37
Águas Belas	1.300	53.000	2,5%	42	40
Alagoinha	1.200	7.500	14,6%	32	37
Aliança	1.500	28.000	5,4%	43	35
Altinho	1.700	38.000	4,5%	60	28
Amaraji	1.400	29.000	4,8%	40	35
Angelim	1.100	29.000	4,1%	35	31
Araripina	1.500	30.000	5,0%	57	26
Arcoverde	1.900	17.000	11,2%	57	33
Barreiros	2.000	28.000	7,1%	50	40
Belo Jardim	2.400	37.000	6,5%	74	32
Bezerros	3.600	63.000	5,7%	99	36
Bodoco	1.300	21.000	6,2%	41	32
Bom Conselho	2.600	67.000	3,6%	111	23
Bom Jardim	1.400	39.000	3,4%	71	20
Bonito	1.800	37.000	4,9%	47	38
Brejo M. D.	3.000	35.000	8,6%	83	36
Buique	1.500	38.000	3,9%	44	34
Cabo	1.900	36.000	5,3%	51	37
Cabrobo	800	10.000	8,0%	33	24
Canhotinho	1.300	34.000	3,8%	47	28
Carpina	2.000	28.000	7,1%	66	30
Caruaru	10.000	103.000	9,7%	387	26
Catende	2.500	25.000	10,0%	50	50
Coripós	1.000	9.000	11,1%	42	24
Correntes	1.600	38.000	4,2%	58	28
Custódia	1.700	23.000	7,4%	66	26
Escada	2.300	29.000	7,8%	56	41
Exu	1.300	22.000	5,9%	50	26
Flores	2.500	40.000	6,2%	79	30

Continua.

Continuação.

Municípios	Matrícula	População	% da matrícula s/a pop.	Profs.	Nº médio de alunos p/ professor
Floresta	1.900	19.000	10,0%	95	20
Gameleira	600	13.000	4,6%	20	30
Garanhuns	7.000	101.000	6,9%	240	29
Gloria do G.	1.700	43.000	3,9%	51	33
Goiana	3.200	45.000	7,1%	103	31
Gravata	2.900	48.000	6,0%	98	29
Igarassu	2.100	34.000	6,2%	68	31
Inaja	1.400	21.000	6,7%	47	30
Ipojuca	800	24.000	3,3%	30	27
Jaboatão	5.700	57.000	10,0%	150	38
Jatina	1.700	11.000	15,4%	58	29
João Alfredo	1.200	25.000	4,8%	50	24
Jurema	900	12.000	7,5%	27	33
Lagoa dos Gatos	1.400	19.000	7,4%	45	31
Lajedo	300	16.000	1,9%	8	37
Limoeiro	4.100	77.000	5,3%	122	34
Macaparana	1.700	26.000	6,5%	61	28
Manissobal	1.300	21.000	6,2%	48	27
Maraial	1.100	16.000	6,9%	31	35
Morenço	2.300	23.000	10,0%	54	43
Nazare da M.	2.500	41.000	6,1%	83	30
Olinda	4.600	62.000	7,4%	160	29
Orobo	1.300	21.000	6,2%	43	30
Ouricuri	900	37.000	2,4%	51	18
Palmares	1.900	38.000	5,0%	54	35
Palmerina	600	12.000	5,0%	18	33
Panelas	1.000	40.000	2,5%	39	26
Parnamirin	1.000	11.000	9,1%	44	23
Paulinho	2.000	32.000	6,2%	57	35
Paulista	3.100	48.000	6,5%	78	49
Pedra	1.800	18.000	10,0%	66	27
Pesqueira	3.900	49.000	8,0%	102	39
Petrolândia	2.100	20.000	10,5%	54	39
Petrolina	2.400	27.000	8,9%	120	20
Quipapã	1.800	28.000	6,4%	55	33
Ribeirão	1.100	20.000	5,5%	28	40
Rio Formoso	1.400	22.000	6,4%	35	40
Salgueiro	1.900	18.000	10,6%	78	24
Sanhara	900	13.000	6,9%	27	33
S. Btª Una	2.100	54.000	3,9%	61	34
S. Caetano	2.100	29.000	7,2%	92	23
S. Joaquim do Mtª	1.300	24.000	5,4%	41	32
S. José do Egito	2.800	40.000	7,0%	95	29
S. Lourenço da Mtª	1.900	34.000	5,6%	62	31
Serra Talhada	2.500	35.000	7,1%	100	25
Serrita	1.500	23.000	6,5%	58	26
Sertânia	2.300	22.000	10,5%	70	33
Sirinhaem	700	1.800	3,9%	26	27
Surubim	2.500	40.000	6,2%	72	35
Tabira	1.700	22.000	7,7%	56	30
També	1.500	36.000	4,2%	55	27

Continua.

Continuação.

Municípios	Matrícula	População	% da matrícula s/a pop.	Profs.	Nº médio de alunos p/ professor
Taquiritinga	2.900	24.000	12,1%	87	33
Timbauba	2.200	37.000	5,9%	77	29
Triunfo	3.000	24.000	12,5%	85	35
Vertentes	2.200	34.000	6,5%	68	32
Vicência	1.500	26.000	5,8%	46	33
Vitoria de Ste Antão	5.500	76.000	7,2%	179	31

Os dados da tabela acima nos permitem verificar que a totalidade dos municípios do interior, computados o ensino estadual, o municipal e o particular, apresenta matrícula correspondente a apenas cerca de 6,4% da população total. Ora, sabendo-se que a proporção de pernambucanos de 4 idades (correspondentes a 4 anos ou graus primários), dentro da faixa de 5 a 14 anos, é em média de 10,4%, verifica-se que o interior de Pernambuco não tem capacidade de dar escolas ao mínimo de população em idade escolar, e isto sem contar as repetências de série ou grau, as crianças de outras idades que se matriculam tardiamente na escola, etc.

Se tomarmos os municípios conforme a região ou zona em que se acham, veremos que o processo de escolarização não corresponde a uma hipótese que pareceria plausível a qualquer um, isto é, que as áreas mais próximas da Capital, mais acessíveis, seriam as que deveriam apresentar relativamente maior matrícula. Assim, por ordem decrescente e de acordo com dados do I. B. G. E., referentes a 1950, e com a divisão por zonas fisiográficas que aquele Instituto adotou, temos que, em primeiro lugar aparece a zona do Sertão do São Francisco com 10,3% da população total matriculada nas escolas primárias, seguida do Recife com 9,5%, a zona do Sertão Alto com 7,7%, os municípios do Litoral e da Mata (Recife excluído) com 6,4%, a zona do Sertão Baixo com 6,2% e a zona do Sertão do Araripe e do Agreste com 6,0% cada uma. É o que esclarece a tabela abaixo, onde aparecem outros dados.

MATRÍCULA E PROFESSORES NA ESCOLA PRIMÁRIA, E POPULAÇÃO

ZONAS FISIOGRAFICAS - ANO DE 1950

Zonas ou Áreas	Matrícula	População	% da matrícula s/a pop.	Profs.	Nº médio de alunos p/ professor
Municípios do Litoral e da Mata.	115.900	1.554.000	7,5%	3.642	32
Idem, menos Recife	65.900	1.029.000	6,4%	1.980	33
Município do Recife.	50.000	525.000	9,5%	1.662	30
Municípios do Agreste	71.500	1.185.500	6,0%	2.350	30
Municípios do Sertão Baixo	11.900	192.000	6,2%	392	30
Municípios do Sertão Alto	14.300	185.000	7,7%	477	30
Municípios do Sertão do Araripe	10.700	183.000	6,0%	427	25
Municípios do Sertão do S. Francisco	9.900	96.000	10,3%	402	25
Municípios de todo o Sertão	46.800	656.000	7,1%	1.698	27

Vejamos agora como se distribuem os municípios de maior densidade de matrículas, para, então, tentar compreender algumas das causas ou condições dessa maior densidade. Tomemos apenas aqueles que apresentam percentagem de matrícula sobre a população, superior a 7%.

Entre os do Litoral e da Mata, temos Recife com 9,5%, Moreno e Catende, com 10%, Jaboatão com 10%, Escada com 7,8%, Vitória de Stº Antão com 7,2%, Barreiros com 7,1%, Carpina com 7,1% e Goiana com 7,1%. Todos os demais municípios dessa grande área, em número de 24 (em 1950), apresentavam densidade de matrícula inferior a 7% da população.

Entre os do Agreste encontramos com percentagem superior a 7,0% os seguintes municípios: Alagoinha com 14,6%, Taquaritinga com 12,1%, Agrestina com 9,3%, Brejo com 8,6%, Pesqueira com 8,0%, Jurema com 7,5%, Lagoa dos Gatos com 7,4% e São Caetano com 7,2%.

Entre os do Sertão Baixo, temos os seguintes: Arcoverde com 11,2%, Sertânia com 10,5%, Pedra com 10,0% e Custódia com 7,4%.

No Alto Sertão, Triunfo se apresenta com 12,5%, Tabira com 7,7%, Afogados com 7,5% e Serra Talhada com 7,1%.

No Sertão do Araripe, temos Salgueiro com 10,6% e Parnamirim com 9,1%.

Finalmente, entre os Municípios do Sertão do São Francisco, encontramos todos com mais 7,0%, na seguinte ordem: Jatinã com 15,4%, Coripós com 11,1%, Petrolândia com 10,5%, Floresta com 10,0%, Petrolina com 8,9%, Cabrobó com 8,0%.

A primeira hipótese que se pode formular para explicar essas percentagens que exprimem densidade de matrícula relativamente alta, é a de que elas poderiam corresponder a uma densidade maior de população aglomerada no centro urbano e nos centros distritais de cada um dos municípios considerados. Estabelecida, porém, a relação, a hipótese cai por terra, pois dos indicados, apenas Recife, Jaboatão, Goiana e Arcoverde têm população urbana maior que a rural. Alguns deles, como Brejo, Custódia, Serra Talhada e Cabrobó apresentam população rural que equivale aproximadamente a 90,0% da sua respectiva população total.

A segunda hipótese que se pode formular é a de que maior densidade de matrícula corresponderia à facilidade de transporte e comunicação, representada por estradas de ferro e de rodagem. Efectivamente, muitos dos municípios considerados são cortados ou por estrada de ferro e estrada de rodagem de boa qualidade ou por uma dessas duas vias de comunicação e transporte, salientando-se ainda que os municípios do Sertão do São Francisco, todos eles com mais de 8,0% da população matriculada nas escolas primárias, são servidos pela navegação do grande rio. Entretanto, se tal hipótese pa-

rece ser legítima, a inversa não o é, pois nem todos os municípios nas mesmas condições tem alta densidade de matrículas escolares, como, para citar apenas um caso extremo, do Ipojuca, nas proximidades do Recife, cortado por uma das rodovias tronco do Estado, junto ao litoral e que tem apenas 3,3% de sua população na escola primária. Poderíamos citar ainda Palmares, Sirinhaem e outros nas mesmas condições e com matrícula inferior a 5% da população. Por outro lado, municípios como os de Taquaritinga, com 12,1% e Jurema com 7,5% são servidos apenas por estradas carroçáveis, segundo um mapa rodoviário do Estado de Pernambuco, elaborado em 1952 pelo respectivo Departamento.

Isso não obstante, fizemos um ligeiro levantamento da situação global de 37 municípios do interior, servidos ao mesmo tempo por troncos principais de rodovias estaduais e por estrada de ferro, encontrando para o seu conjunto que 7,1% da população frequentavam as escolas primárias, o que é um pouco mais que a média dos municípios pernambucanos, considerados em bloco. Concluimos, assim, que, se o fator vias de transporte e comunicação não parece ser essencial ao crescimento das matrículas escolares, pelo menos o favorece ou facilita.

Tomemos agora os 20 municípios de maior densidade de matrículas e vejamos, em relação a cada um, o que os distingue no setor econômico e demográfico, capaz de explicar essa maior matrícula em relação ao resto do Estado.

Em primeiro lugar estudemos o fator densidade demográfica e urbanização. O Estado, como um todo, apresenta a média de 35 habitantes por km<sup>2</sup>, se tivermos em vista a população apurada em 1950. Dos vinte municípios considerados, 11 apresentam densidade demográfica superior à média estadual. São eles: Recife, com 9,5 de densidade de matrícula e 3.611 de densidade demográfica; Agrestina com 9,3 de matrícula e 108 de densidade demográfica; Alagoí - nha, respectivamente com 14,6 e 101; Arcoverde, 11,2 e 38; Caruaru, 9,7 e 83; Catende, 10,0 e 96; Jaboatão, 10,0 e 251; Moreno, 10,0 e 125; Pesqueira, 8,0 e 36; Taquaritinga, 12,1 e 56; Triunfo, 12,5 e 42. Alguns desses 20 municípios, porém, apresentam alta densidade de matrículas e baixa densidade demográfica, em relação à média do

Estado; é o caso, por exemplo, de Coripós com 11,1% da população matriculada nas escolas primárias e apenas 2 habitantes por km<sup>2</sup>; Sertânia com respectivamente 10,5% e 9 habitantes por km<sup>2</sup>; Salgueiro, com 10,6% e 8 habitantes por km<sup>2</sup>; Pretrolândia com 10,5% e 7 habitantes por km<sup>2</sup>. Isto prova que a densidade demográfica, se ajuda a melhorar a situação das matrículas escolares, não é tudo, porém. Há mesmo alguns municípios de alta densidade demográfica e deficientíssima densidade de matrículas escolares, como é o caso, por exemplo, de Lajedo, com mais de 100 habitantes por km<sup>2</sup> e apenas 1,9% da população matriculada nas escolas primárias.

Um índice de possibilidade ou de realidade econômica nos parece que é representado pela possibilidade de transportes e comunicações. Como as estatísticas que nos estão ao dispor não esclarecem muito bem este ponto, tomamos, como sua expressão, o número de veículos a motor, de que dispõe cada município. Entre estes distinguimos os 20 que possuem mais de 100 veículos dessa natureza (automóveis, caminhões, camionetas e ônibus); são os seguintes; Recife, Olinda, Caruaru, Paulista, Garanhuns, Jaboatão, Goiana, Vitória, Pesqueira, Arcoverde, Timbaúba, São Lourenço, Barreiros, Limoeiro, També, Escada, Sertânia, Aliança, Nazaré da Mata e Moreno. Dêles se apresentam com densidade de matrículas superior à média do Estado, os seguintes: Recife, Olinda, Caruaru, Garanhuns, Jaboatão, Goiana, Vitória, Pesqueira, Arcoverde, Barreiros, Escada, Sertânia e Moreno, o que significa que, dos vinte municípios mais aquinhoados com meios de transporte, 14 apresentam relativamente bom índice de matrículas nas escolas primárias.

Os vinte municípios que, em 1950, tiveram produção industrial superior, em valor, a 50 milhões de cruzeiros, foram os seguintes, por ordem decrescente: Recife, Paulista, Caruaru, Catende, Escada, Cabo, Goiana, Barreiros, Pesqueira, Água Preta, São Lourenço, Rio Formoso, Palmares, Jaboatão, Ribeirão, Garanhuns, Ipojuca, Timbaúba, Arcoverde e Olinda. Dêstes tiveram índice de matrículas superior à média do Estado os seguintes, também por ordem decrescente: Arcoverde, Catende, Jaboatão, Caruaru, Recife, Pesqueira, Escada, Olinda, Barreiros, Goiana, Garanhuns, isto é, onze em vinte.

Dentre os dez municípios produtores de gado, apenas cinco têm densidade de matrículas superior à média do Estado. Dos grandes produtores agrícolas, se distinguem ao mesmo tempo pela matrícula relativamente elevada, os seguintes: Caruaru, Vitória, Carpina, Parnamirim, Escada, Petrolândia, Afogados, Serra Talhada e São José do Egito. Há, porém, municípios relativamente ricos no setor agrícola e que têm baixa densidade de matrículas, como Ouricuri, segundo produtor de feijão do Estado, Bom Conselho que, na mesma produção, se coloca em quarto lugar, Palmares, Rio Formoso, Ribeirão, Água Preta, todos grandes produtores de cana de açúcar, Pannels que se coloca em segundo lugar na produção de milho, etc.

A conclusão desta análise incompleta é que, se há alguma correlação, em Pernambuco, entre a situação das matrículas escolares, expressas em números percentuais relativamente à população, e à densidade demográfica, de um lado, e à situação econômica, de outro, esta correlação não é muito elevada, embora significativa, qualquer coisa que, nos respectivo cálculo estatístico, se situaria entre 0,50 e 0,60 (positivos), sendo a correlação máxima, ou limite, expressa por 1,00.

Restaria apenas explicar porque municípios relativamente pobres e de baixa densidade demográfica, embora em pequeno número, apresentam alta percentagem de matrículas escolares. Para os ricos e demograficamente densos que têm baixo índice de matrículas, pensamos que só há uma explicação: falta de interesse administrativo do município e da política local por educação popular, de um lado, e apatia do próprio povo que não exige educação escolar, talvez por lhe não sentir a necessidade.

Vejamos, por isso, a situação dos municípios pouco densos demograficamente, mas que têm boa matrícula escolar, procurando medir-lhes o esforço administrativo e político por educação, em função de sua riqueza de meios financeiros.

Alguns dos municípios que apresentam mais baixa densidade demográfica em Pernambuco, estão localizados em áreas do Sertão. Dêstes alguns apresentam bom coeficiente de matrículas escolares. Sendo a densidade demográfica do Estado de 35 habitantes

por quilômetro quadrado, em 1950, procuramos os municípios que a tem abaixo dessa média estadual e que, ao mesmo tempo apresentam população escolar matriculada na escola primária, igual ou superior a 8% da população total. Em seguida, tendo em vista que as despesas municipais, naturalmente proporcionadas pelos recursos disponíveis, corresponderam a Cr\$ 29,50 per capita, como média estadual naquele ano, chegamos à conclusão de que os referidos municípios, todos êles situados no Sertão e em número de nove, puderam gastar mais, per capita, que a média estadual, exceto um, o de Floresta. É o que demonstra a tabela a seguir.

SITUAÇÃO DAS MATRÍCULAS NA ESCOLA ELEMENTAR, DENSIDADE  
DEMOGRÁFICA E DESPESA PER CAPITA DE NOVE MUNICÍPIOS  
DO SERTÃO PERNAMBUCANO, EM 1950.

Municípios	% matrícula s/ população	Densidade demog.	Despesas municipais Cr\$	Média p/capita Cr\$	Despesas mun. c/ educ. Cr\$	% das desp.c/ educ.s/ o total
Cabrobó	8,0	5	315.173	30,80	31.256	9,92
Coripós	11,1	2	626.684	66,90	15.562	3,65
Floresta	10,0	5	330.445	17,60	80.291	24,33
Jatina	15,4	5	391.505	37,30	73.283	18,75
Pedra	10,0	16	632.464	34,40	96.239	21,81
Petrolândia	10,5	7	655.069	33,20	50.065	7,67
Petrolina	8,9	4	955.932	35,00	127.204	13,32
Salgueiro	10,6	8	636.756	35,40	88.056	13,84
Sertânia	10,5	9	1.227.692	55,80	171.640	14,07

O quadro anterior e outro que será encontrado linhas adiante, apresentam alguns fatos de compreensão difícil, embora apresentem certas constâncias que podem ser tomadas como regras gerais.

Os municípios que têm bom índice de matrículas escolares em relação ao Estado, e que, ao mesmo tempo, têm baixa densidade demográfica, o que parece uma contradição, são contudo dos mais ricos do Estado, apresentando todos, exceto um, despesa municipal

média per capita, superior à média da mesma despesa se tomarmos o Estado como um todo. Dos nove municípios considerados, o único que, em função daquela média, pode ser considerado como pobre, é o de Floresta, pois que sua Prefeitura só pode gastar per capita a média de Cr\$ 17,60, se tivermos em vista dados de 1950. Entretanto, dos nove municípios de baixa densidade demográfica e bom índice de matrículas escolares, Floresta -o mais pobre- é que faz maior esforço em favor da educação, pois das despesas realizadas em 1950, 24,33% o foram com educação popular. E, como contraste, Coripós -o mais rico, podendo gastar Cr\$ 66,90 per capita, mais do dobro da média de todos os municípios- é também o que menos gasta com educação, porque de suas despesas apenas 3,65% foram realizadas neste setor.

Temos assim, como uma hipótese conclusiva, de bons fundamentos, que, na esfera administrativa, nem sempre à maior riqueza de recursos corresponde maior interesse pela educação. Dos nove municípios, três aplicam em educação menos 10% dos seus recursos, seis menos de 15% e apenas dois mais de vinte.

Como, então, conseguem obter percentagem elevada de matrículas escolares, tendo em vista o ensino elementar? Pela tabela a seguir se verifica 61% do professorado primário de Cabrobó é municipal; 59% do de Coripós; 46% do de Floresta; 65% do Jatinã; 73% do de Pedra; 58% do de Petrolândia; 7% apenas do de Petrolina; 65% do de Salgueiro; 69% do de Sertânia. Com exceção, portanto, dos municípios de Floresta e Petrolina, os demais são os que mantêm, por si próprios, a maioria das escolas existentes. Se considerarmos a matrícula, verificamos, pela mesma tabela, que o fato em foco é plenamente confirmado.

A não ser no município de Petrolina, o ensino particular nos oito restantes é quase nulo, de modo que praticamente as escolas são mantidas pelo Município e pelo Estado. Petrolina, cuja Prefeitura, em 1950, só mantinha 9 professores, gastou com ensino 13,32% de seus recursos; fê-lo subvencionando escolas particulares que ali são em número relativamente grande. Ainda assim se beneficiou das escolas estaduais, proporcionalmente mais numerosas que nos oito outros municípios, deve, portanto, seu alto índice de es-

colaridade ao Estado e à iniciativa particular, incentivada pela Prefeitura. Em Floresta, 53% do magistério e 76% das matrículas são estaduais. Como Petrolina é município bem aquinhoado pela Administração Estadual, no que se refere ao ensino, donde o bom índice de escolaridade que apresenta.

Isto posto, resta explicar como oito dos nove municípios considerados, gastando relativamente pouco, conseguem manter escolas que proporcionam uma percentagem relativamente alta de matrículas no ensino primário. A explicação surge pelo baixo salário dos professores: Cabrobó, em 1950, não pagou, em média, mais do que 1.560 cruzeiros anuais por um professor; Coripós, 620 cruzeiros; Floresta, 1.824 cruzeiros; Jatinã, 1.928 cruzeiros; Pedra, 2.004 cruzeiros; Petrolândia, 1.668 cruzeiros; Salgueiro, 1.726 cruzeiros; Sertânia, 3.570 cruzeiros. Isto significa que, nos oito municípios, o salário do professor variou, em média, de 52 a 290 cruzeiros mensais! Trabalharam quase de graça! Terá havido correlação entre a qualidade do ensino ministrado e o salário pago ao professor? Se não houve, há em Pernambuco, pelo menos no oito municípios indicados, um extraordinário grupo de pessoas desinteressadas que dão, do seu tempo, uma parcela não inferior a 1/7, por quase nada, isto é, para o bem público.

Infelizmente, parece que isso não é legítimo; conforme demonstraremos em outro capítulo, temos fundadas razões para acreditar que o ensino municipal naquele Estado como em outros da Federação é um mínimo, um quase nada qualitativamente.

Isto não obstante, 60% do ensino elementar público, em Pernambuco, se tivermos em vista as matrículas escolares, correspondem ao esforço municipal! É um ensino barato e de baixo teor qualitativo. Basta ter em vista que 95,9% do seu magistério (municipal) são leigos, isto é, pessoas sem qualquer formação ou estudos pedagógicos!

As tabelas a seguir permitirão mais algumas considerações a respeito das bases escolares da situação cultural do Estado.

MUNICÍPIOS DO INTERIOR DE MATRÍCULA IGUAL OU SUPERIOR A 8%  
DA POPULAÇÃO - 1950 SITUAÇÃO DO MAGISTÉRIO E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Municípios	% da matr. s/ a pop.	Professôres				Matrícula			
		Muni- cipal	Esta- dual	Parti- cular	% dos mun.s/ o tot.	Muni- cipal	Esta- dual	Parti- cular	% da mun.s/ o tot.
Agrestina	9,3	47	17	1	72	696	568	20	54
Alagoinha	14,6	22	7	3	69	787	313	100	66
Arcoverde	11,2	30	17	10	53	1.010	468	404	53
Brejo	8,6	59	24	-	71	1.967	1.030	-	66
Cabrobó	8,0	20	13	-	61	590	210	-	74
Caruaru	9,7	181	164	42	47	5.988	2.789	1.219	60
Catende	10,0	13	13	24	26	407	356	1.736	16
Coripós	11,1	25	14	3	59	557	331	112	56
Floresta	10,0	44	50	1	46	413	1.442	44	22
Jaboatão	10,0	30	86	34	20	1.163	3.248	1.336	20
Jatinã	15,4	38	20	-	65	1.039	661	-	65
Moreno	10,0	14	23	17	25	635	813	851	28
Parnamirim	9,1	25	14	5	57	326	364	310	33
Pedra	10,0	48	18	-	73	1.007	793	-	61
Pesqueira	8,0	55	31	16	54	2.167	1.010	722	56
Petrolândia	10,5	30	20	2	58	1.242	559	218	59
Petrolina	8,9	9	69	42	7	215	1.615	569	9
Salgueiro	10,6	51	26	3	65	1.143	732	26	60
Sertânia	10,5	48	22	-	69	1.268	1.032	-	55
Taquaritinga	12,1	65	21	1	75	2.224	657	19	77
Triunfo	12,5	49	25	11	58	1.717	971	308	57

31

MUNICÍPIOS DO INTERIOR DE MATRÍCULA IGUAL OU INFERIOR A 5%  
DA POPULAÇÃO - 1950 SITUAÇÃO DO MAGISTÉRIO E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Municípios	% da matr. s/ a pop.	Professores				Matrícula			
		Muni- cipal	Esta- dual	Parti- cular	% dos mun.s/ o tot.	Muni- cipal	Esta- dual	Parti- cular	% da mun.s/ o tot.
Águas Belas	2,5	22	13	5	55	877	269	153	67
Altinho	4,5	22	7	3	69	773	465	461	45
Amaraji	4,8	13	23	7	30	347	623	419	25
Angelim	4,1	19	16	-	54	563	495	35	51
Araripina	5,0	33	24	-	58	862	638	-	57
Bom Conselho	3,6	24	56	31	22	504	1.386	709	19
Bom Jardim	3,4	27	28	16	38	537	655	206	38
Bonito	4,9	19	19	9	40	734	708	359	41
Buique	3,9	32	12	-	73	1.026	474	-	68
Canhotinho	3,8	24	23	-	51	716	583	-	55
Correntes	4,2	22	33	3	38	606	837	155	38
Gameleira	4,6	7	11	2	35	247	285	68	41
Glória do Goitá	3,9	24	21	6	47	634	939	126	37
Ipojuca	3,3	8	14	8	27	136	404	238	17
João Alfredo	4,8	26	23	1	52	858	320	22	71
Lajedo	1,9	4	4	-	50	218	82	-	73
Ouricuri	2,4	19	32	-	37	358	542	-	40
Palmares	5,0	16	20	18	30	544	675	680	29
Palmeirina	5,0	11	7	-	61	450	150	-	75
Panelas	2,5	22	17	-	56	620	380	-	62
S. Bento do Una	3,9	38	19	4	62	1.306	647	147	62
Sirinhaém	3,9	6	10	10	23	110	314	275	16

Pelas duas tabelas anteriores se verifica que, dentre os municípios, em número de 21, que apresentam matrícula escolar primária igual ou superior a 8% da população, 15 (71%) têm mais de 50% dessa matrícula em escolas mantidas pelo município, o mesmo acontecendo com o número de professores, pois nestes mesmos 15 municípios o professorado em exercício, em 1950, é em mais de 50% pago pelos cofres municipais.

Já nos municípios de baixo índice de matrículas escolares a situação se inverte. De 22 dos municípios de percentagem de matrículas igual ou inferior a 5% da população, 12 (55%) têm menos de 50% de seus alunos em escolas municipais e menos de 50% dos seus professores pagos pelos cofres municipais. Tomos aí, portanto, uma confirmação de que, onde a escolaridade tende a ser satisfatória, isso acontece por um maior esforço, em favor da educação, pelas administrações municipais, embora não o consigam realizar senão nas condições mais deficientes possíveis.

Mas, além disso, as duas tabelas revelam outras constantes da situação educacional em Pernambuco. Em primeiro lugar ambas patenteiam que, onde o ensino particular é mais desenvolvido, isto é, conta com maior número de alunos e de professores, o ensino municipal quase não se desenvolve, substituído que é pelas subvenções locais às escolas particulares. Catende, por exemplo, em 1950, tinha nas escolas particulares 1736 alunos, nas municipais 407, e nas estaduais 356, dos seus professores primários, 13 eram municipais, 13 estaduais e 24 particulares. Em Jaboatão, o Estado mantém a maioria das escolas, mas as particulares são mais numerosas que as municipais. Em Moreno encontramos o mesmo fato, de forma idêntica que em Petrolina, Amaraji, Bom Conselho, Ipojuca, Palmaros e Serinhaém. De um modo geral, em 1953, de um total de 3.681 escolas custeadas ou subvencionadas pelos cofres municipais, em Pernambuco, 1.647 eram inteiramente municipais, isto é, pertenciam aos municípios, ao passo que 2.034 eram particulares subvencionadas. Vemos, assim que, na dificuldade de manter seus próprios sistemas municipais, os poderes locais, por meio de subvenções, estão incrementando o ensino particular. Que tal tendência é legítima, se verifica pela comparação da situação de 1953, com a de 1950. Nes

te ano; as escolas particulares eram menos numerosas, de modo que, se nos fôsse possível construir as duas tabelas anteriores com dados de 1953, veríamos melhor confirmado o que elas demonstram. Em 1950, os municípios mantinham integralmente 1369 escolas e subvencionavam 1492 particulares. Em três anos o número de escolas subvencionadas aumentou em 546 (36%), ao passo que as integralmente mantidas pelos municípios aumentou em 278 (20%). É de notar-se que, no caso estamos levando em conta apenas as escolas subvencionadas pelas administrações municipais.

Os dados das duas tabelas servem também para confirmar uma observação que fizemos nas áreas mais próximas da Capital e que parece ser válida para todo o Estado. Notamos em alguns dos municípios que pudemos visitar, serem as escolas municipais, geralmente, escolas pioneiras, isto é, situadas nas áreas rurais, como escolas isoladas, de uma só classe, muitas vezes na casa em que reside a professora, outras vezes em sala cedida por empréstimo, quando não em um casebre qualquer, quase mocambo. É a escola que procura atender a população mais rarefeita ou esparsa do município, e que, por isso, não pode ter matrícula muito adensada. Já as escolas estaduais se situam nas cidades e vilas de certa população, que lhes garantem uma clientela maior. Quando são do tipo de escolas isoladas, de uma só sala de aula, ainda assim servem a um aglomerado humano, um povoado, não raro, próximo de uma cidade ou vila. Se examinarmos as duas tabelas veremos que o número de alunos por professor municipal tende a ser menor que o número de alunos por professor estadual. Por outro lado, a percentagem dos professores municipais sobre o total dos professores em exercício no município é geralmente superior à percentagem dos alunos matriculados nas escolas municipais sobre o total das matrículas, pelo menos 63% dos 43 municípios considerados nas duas tabelas. A nossa interpretação, baseada no que pudemos observar é que isso acontece porque os professores municipais servem as áreas rurais, de população mais escassa e, por isso, têm, cada um, menor número de alunos.

De tudo que ficou exposto, não obstante a irregularidade do esforço feito pelo Estado, pelas Prefeituras e pela iniciativa particular nas diferentes áreas do Estado, se conclui que Per-

nambuco tenta, pelos meios que lhe são possíveis, melhorar a cultura do seu povo por meio da escola. Não acreditamos que possa dispendir muito mais, o que, todavia, não significa que um planejamento adequado e coordenação eficiente da aplicação dos recursos existentes, não permitam àquele Estado melhores resultados. Teremos a oportunidade de mostrar essa possibilidade depois de mais algumas análises, nos capítulos subsequentes.

#### 4. Alguns aspectos do ensino secundário.

Numa introdução apresentada pelo editor do livro que R. K. Bent e Henry H. Kronenberg escreveram sobre o ensino secundário (1) se dá muita ênfase ao fato de que a escola secundária européia do século XIX e do primeiro quartel do século XX, era aberta apenas aos estudantes de nível social e econômico superior. Era uma escola preparatória para a universidade e para outras instituições de ensino superior. E mesmo quando as escolas secundárias foram estabelecidas pela primeira vez para rapazes pobres, como em numerosos casos ocorridos na Inglaterra, tais rapazes eram os pertencentes às classes privilegiadas, cuja renda familiar era insuficiente para sustentá-los na escola.

Fenômeno idêntico tem ocorrido no Brasil e, particularmente, em Pernambuco, onde se não há classes legalmente privilegiadas, se considera a classe média como herdeira das tradições e valores das famílias senhoriais das casas grandes e dos engenhos, de modo que essa classe têm aspirações que não podem ser atendidas pelos seus próprios recursos. Como ela tende a crescer, quer pela descida de participantes da classe superior que, pelo fenômeno de concentração de riqueza, propiciado por um capitalismo mais mercantilista que industrial, tende a reduzir-se, quer pela ascensão de algumas camadas do proletariado em formação que, justamente por estar em formação, permite a relativa libertação constituída pelas pe

---

(1) Rudyard K. Bent and Henry H. Kronenberg - Principles of Secondary Education - McGraw-Hill Book Company, Inc. - New York, 1949.

quenas oficinas, pelo artesanato, etc., as matrículas no ensino secundário também crescem, dando a impressão de uma progressiva democratização desse ensino, que, entretanto, não é senão um privilégio da classe média, sempre influente e capaz de obter medidas de caráter público em seu favor.

Apesar disso, porém, do exemplo europeu e de toda uma tradição que remonta aos primeiros tempos do Brasil colonial, a escola secundária, numa concepção moderna, oriunda ao que parece dos Estados Unidos da América do Norte, não pode e não deve ser um privilégio de classe. Ela corresponde a uma necessidade social e política, o que vale dizer econômica e cívica, que se estende a toda a população juvenil de um país. Segundo Harl R. Douglass (1) a educação secundária corresponde àquele período em que a aprendizagem e a preparação para a vida ultrapassam a fase de estudo da leitura e da escrita, e a do treinamento no uso dos instrumentos culturais mais rudimentares, para a da aquisição de conhecimentos, interesses, habilidades e apreciação, nos vários campos principais da vida humana e do pensamento. Obviamente não é apenas uma classe que disso necessita, é toda a nação, toda a sociedade, porque -numa expressão bem americana- "a força da democracia reside no número dos cidadãos educados". A evidência de que assim é, e de que todo um povo pode julgar a educação secundária como direito de todos, está em que, nos Estados Unidos, praticamente todas as classes sociais considera a escola secundária, cuja matrícula atinge agora a quase dez milhões de alunos, como uma herança social do povo, que remonta ao início da colonização do país.

Compreendida assim a escola secundária, se verifica facilmente que o Brasil ainda não a realiza e, muito menos Pernambuco. Com mais de 220.000 crianças matriculadas nas escolas primárias, comuns, aquele Estado não tinha, porém, mais de 34.000 alunos nas escolas secundárias de todos os tipos, ali existentes. Dê sses 34.000, cerca de 27.000 se achavam nas escolas secundárias acadêmi

---

(1) Harl R. Douglass - Secondary Education for Youth in Modern America - American Council on Education, Washington, D. C., 1937.

cas, de finalidade seletiva, mais que formadora, como preparatórias que são para o ingresso nos cursos superiores. Outro fato que confirma a situação que estamos descrevendo e que não foge à regra brasileira, é o de que apenas 4.000 alunos se matriculam em estabelecimentos públicos de ensino secundário acadêmico, e cerca de 23.000 em estabelecimentos particulares, isto é, pagos, embora a maioria dêles contem com subvenções estaduais e municipais, que permitem baatear um pouco o preço cobrado. Ora, a escola paga não é aberta para todos; o proletariado e as camadas populares mais humildes, cujas condições de vida, não só em Pernambuco, mas em quase tôdas as regiões do Brasil, são as mais precárias possíveis, mal conseguem ter o necessário para atender às exigências mais imediatas de manutenção; pagar escola é coisa que está inteiramente fora do seu alcance, bem como de grande parte da própria classe média.

Outro tipo de ensino secundário que se tem desenvolvido em Pernambuco, nos últimos anos, em virtude da lei federal de equivalência dos ramos de ensino secundário, é o comercial, não propriamente como ensino profissional ou vocacional, mas porque é algo que exige, como o secundário acadêmico, um mínimo de instalações e despesas, podendo, por isso, ser aberto à iniciativa particular e exercer o mesmo efeito social do outro, como ensino próprio de uma classe privilegiada. Assim, dos 7.000 alunos que não se acham nas escolas secundárias acadêmicas, pouco mais de três mil frequentam escolas de comércio, e, destes, pouco mais de 2.500 estão matriculados em escolas particulares. Sendo, portanto, o ensino comercial algo que, por suas características, se aproxima do ensino acadêmico secundário, segue-se que as escolas tipicamente profissionais, dêsse grau, atendem a menos de 3.000 adolescentes ou jovens, o que demonstra que o Estado de Pernambuco está muito longe de realizar os objetivos essenciais do ensino secundário, e que êste grau de ensino ainda contribui muito pouco para o desenvolvimento, quer em amplitude, quer em profundidade, da cultura do povo pernambucano.

Os seguintes dados estatísticos, referentes ao ano de 1955, demonstram bem o que vimos afirmando.

RESUMO GERAL DOS DIVERSOS  
RAMOS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM PERNAMBUCO

UNIDADES ESCOLARES

	Total	Federais	Estaduais	Municipais	Particulares
1º ciclo	112	8	12	6	96
2º ciclo	97	5	5	1	86

PROFESSORES

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	1.789	847	2.636
1º ciclo	1.018	479	1.497
2º ciclo	771	368	1.139
Federais	154	29	163
Estaduais	136	8	144
Municipais	37	21	58
Particulares	1.482	789	2.271

MATRÍCULA

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	17.207	16.819	34.026
1º ciclo	13.221	11.939	25.160
2º ciclo	3.986	4.880	8.866
Esc. Fed.	887	246	1.133
Esc. Est.	1.920	2.811	4.731
Esc. Mun.	329	307	636
Esc. Part.	14.071	13.455	27.526

CONCLUSÕES DE CURSO

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	2.383	2.468	4.851
1º ciclo	1.588	1.559	3.147
2º ciclo	795	909	1.704
Esc. Fed.	202	37	239
Esc. Est.	64	351	415
Esc. Mun.	14	28	42
Esc. Part.	1.103	2.052	4.155

ENSINO SECUNDÁRIO ACADÊMICOUNIDADES ESCOLARES

	Total	Federais	Estaduais	Municipais	Particulares
Ginásio	90	1	4	5	80
Científico	24	-	2	-	22
Classico	14	-	2	-	12

PROFESSORES

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	1.280	519	1.799
Ginasial	842	441	1.283
Científico	308	56	364
Classico	130	22	152
Esc. Fed.	13	1	14
Esc. Est.	100	6	106
Esc. Mun.	31	15	46
Esc. Part.	1.136	497	1.633

MATRÍCULA

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	14.669	12.498	27.167
Ginasial	11.911	11.433	23.344
Científico	2.338	771	3.109
Classico	420	294	714
Esc. Fed.	158	39	197
Esc. Est.	1.426	2.603	4.029
Esc. Mun.	329	252	581
Esc. Part.	12.756	9.604	22.360

CONCLUSÕES DE CURSO

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	2.010	1.697	3.707
Ginasial	1.455	1.481	2.936
Científico	426	165	591
Classico	129	51	180
Esc. Fed.	50	11	61
Esc. Est.	27	285	312
Esc. Mun.	14	15	29
Esc. Part.	1.919	1.386	3.305

ENSINO SECUNDÁRIO COMERCIALUNIDADES ESCOLARES

	Total	Federais	Estaduais	Municipais	Particulares
Básico	8	-	-	-	8
Técnico	17	1	-	-	16

PROFESSORES

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	253	52	305
Básico	84	13	97
Técnico	169	39	208
Federal	30	-	30
Estadual	-	-	-
Municipal	-	-	-
Particular	223	52	275

MATRÍCULA

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	1.658	1.437	3.095
Básico	517	506	1.023
Técnico	1.141	931	2.072
Federal	362	207	569
Estadual	-	-	-
Municipal	-	-	-
Particular	1.296	1.230	2.526

CONCLUSÕES DE CURSO

Em geral	250	226	476
Básico	47	78	125
Técnico	203	148	351
Federal	66	26	92
Estadual	-	-	-
Municipal	-	-	-
Particular	184	200	384

ENSINO NORMALUNIDADES ESCOLARES

Total	Federais	Estaduais	Municipais	Particulares
Ciclo Pedagógico 38	-	1	1	36

PROFESSORES

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	136	248	384
Estadual	7	2	9
Municipal	6	6	12
Particular	123	240	363

MATRÍCULA

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	19	2.884	2.903
Estadual	-	208	208
Municipal	-	55	55
Particular	19	2.621	2.640

CONCLUSÕES DE CURSOS

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral		545	545
Estadual		66	66
Municipal		13	13
Particular		466	466

ENSINO INDUSTRIALUNIDADES ESCOLARES

	Total	Federais	Estaduais
Ciclo Básico	12	6	6
Ciclo Técnico	3	3	-

PROFESSÔRES

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	94	24	118
Básico	73	24	97
Técnico	21	-	21
Federal	75	24	99
Estadual	19	-	19

MATRÍCULA

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	736	-	736
Básico	717	-	717
Técnico	19	-	19
Federal	268	-	268
Estadual	468	-	468

CONCLUSÕES DE CURSO

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	83	-	83
Básico	71	-	71
Técnico	12	-	12
Federal	46	-	46
Estadual	37	-	37

ENSINO AGRÍCOLAUNIDADES ESCOLARES

	Total	Federais	Estaduais
Ciclo Técnico	2	1	1
Mestria	1	1	-

PROFESSORES

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	26	4	30
Técnico	19	1	20
Mestria	7	3	10
Federal	16	4	20
Estadual	10	-	10

MATRÍCULA

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	125	-	125
Técnico	76	-	76
Mestria	49	-	49
Federal	99	-	99
Estadual	26	-	26

CONCLUSÕES DE CURSO

	Homens	Mulheres	Totais
Em geral	40	-	40
Técnico	15	-	15
Mestria	25	-	25
Federal	40	-	40

As tabelas anteriores, além do que já dissemos ao apresentá-las, revelam pois, nitidamente, uma situação cultural que, embora seja o reflexo do que se passa em todo o Brasil, nos demonstra o sub-desenvolvimento, não só de Pernambuco, mas de todo o Nordeste. Pelo exame dos números se verifica logo que, se o ensino secundário ou de nível médio atinge apenas a classe dominante e a classe média, ou esta, a classe média, é muito pequena naquele Estado, ou, se não, é tão pobre que, embora considerada média na sociedade pernambucana, não poderia ser considerada como tal, em virtude do seu padrão de vida, em uma sociedade desenvolvida. Conseqüentemente, nem a classe média atende a escola secundária existente naquele Estado, mas tão só a uma pequena parte dessa classe, talvez à sua camada superior, ou, então, àqueles que, por circunstâncias especiais, fortuitas ou não, conseguem ingressar na referida escola.

Nós nos inclinamos muito por aceitar a predominância de circunstâncias fortuitas, tais como residência, possibilidades efêmeras ou temporárias, sacrifícios ocasionalmente possíveis para isso, etc., como causa de grande parte das matrículas em estabelecimentos de ensino secundário, tendo em vista que, pelo exame dos números anteriores, são poucos os que conseguem vencer os sete anos de estudos. Dum total de pouco mais de 34 mil alunos matriculados, apenas 8.800 se encontravam no 2º ciclo e 1.700 conseguiam concluir o curso secundário completo. Se tivermos em vista que, nos países desenvolvidos, nunca menos de 5% da população existente se acham nas escolas secundárias (em Pernambuco apenas 0,85%) e que mais de 30% da população adulta tem curso secundário completo, podemos compreender a extensão do mal que estamos tentando caracterizar.

Dado o pauperismo da população e a predominância das escolas particulares sobre as públicas (em número, bem entendido) é fácil concluir-se que o povo em geral está alijado das escolas secundárias, de qualquer tipo, profissionais ou acadêmicas. Mesmo que todas as escolas fôsem integralmente gratuitas, nem assim os adolescentes poderiam acorrer em massa para as mesmas, pois que teriam dificuldades de conseguir outros elementos necessários à vida de estudante, tais como material escolar, roupa, calçado, alimentação adequada, etc.

Pelo que dissemos sobre o problema do financiamento do ensino primário pelo Estado e pelos Municípios, não se pode esperar que eles possam resolver o problema do ensino secundário, donde a conclusão de que a educação democrática para todos, que desenvolvesse em cada indivíduo o conhecimento, os interesses, os ideais, os hábitos e poderes que lhe formarão a personalidade para uma sociedade justa e equânime, não é realizável em Pernambuco, se tiver que contar apenas com seus próprios recursos.

Aumentar os recursos do Estado e dos Municípios, seria, portanto, um primeiro e necessário passo para resolver o problema educacional, mas como isso apenas é possível se fôr aumentada a riqueza da sociedade, vemos que culturalmente aquela área só poderá desenvolver-se mediante uma de duas premissas: ou levar-lhe auxílio, adequadamente planejado, de fora, capaz de revitalizar-lhe a economia num sentido de enriquecimento coletivo, ou reformar-lhe as bases estruturais, redistribuindo a riqueza existente, por pouco que seja, segundo critérios de deveres e responsabilidades coletivos. Ora, quer num, quer noutro caso, Pernambuco depende do que se faça no Brasil como um todo, como nação integrada por unidades em situação de mútua dependência e condicionamento. Nestas condições, Pernambuco não é o que é, por si só, não se realizou, não se criou sozinho. É uma resultante do Brasil, e, por isso, todo o Brasil é responsável por Pernambuco.

##### 5. O ensino superior.

Se Pernambuco tem aproximadamente 7% da população brasileira e sua parcela da renda nacional corresponde a 3,6% do total brasileiro, evidentemente o que realiza em matéria de educação, se comparado com o Brasil tomado em bloco, deveria ser mais proporcional à renda que à população, isto é, não deveria ser superior a 4% do que realiza o país como um todo.

No que toca ao ensino primário, tal suposição se confirma, pois os cursos primários existentes no Estado correspondem a pouco mais de 4% dos existentes no Brasil. Já no ensino secundário de tipo acadêmico a percentagem sobe para um pouco mais de 5%, sen

do inferior a 3,5% nos demais ramos de ensino médio. No ensino superior, entretanto, todo êle de feitiço acadêmico, Pernambuco realiza mais de 8% do que é realizado em todo o Brasil.

Está aí, portanto, caracterizada a principal tendência cultural do Estado e, quiçá, de toda a região nordestina. O que se busca, o que se quer e se realiza é a cultura acadêmica, funcionalmente pouco importante no desenvolvimento econômico e tecnológico do Estado. É a persistência de valores criados por uma sociedade colonial, escravocrata e latifundiária, que vários estudos feitos por outros autores, principalmente pernambucanos, nos permitiram caracterizar logo nos dois primeiros capítulos dêste livro.

Os possuidores de tal cultura, embora alguns se tornem criadores e sejam capazes de contribuir para o efetivo desenvolvimento da sociedade, via de regra representam um grupo parasitário, capaz apenas de viver nas cidades maiores, quer no desempenho das chamadas funções liberais, quer no das simplesmente burocráticas, como empregados públicos, ou, então, pela profissionalização política, que, em virtude dessa mesma profissionalização, deixa de ser representativa de interesses e ideais coletivos, para se transformar em demagogia, de um lado, e em oligarquia, de outro, isto é, com um aspecto exterior e inócua para o público, e outro, mais interior e velado, representativo dos interesses não públicos do grupo oligárquico. Este, naturalmente, só existe em função de uma estrutura social que é a existente e, por isso, não pode ter capacidade de a transformar e mudar.

Nestas condições, essa cultura não tem, nem pode ter força dinâmica, caracterizando-se pela fidelidade ao passado e ao presente, sendo conservadora, portanto, sem capacidade para prever e realizar o novo, isto é, o futuro.

Como todo o sistema educacional, primário e secundário, é um grande processo de peneiramento, ou funciona como tal, tendo em vista selecionar, desde a infância, mediante um pretensível critério do mérito, caracterizado pelas promoções e reprovações em exames escolares, para permitir que cheguem aos cursos superiores apenas os supostos mais capazes, tem-se que a educação visa ali, me

nos que criar condições culturais para o desenvolvimento, preservar aquelas capazes de permitir a conservação ou mesmo a estagnação cultural.

Dos 58 cursos superiores existentes em Pernambuco no ano de 1955, 38 funcionaram na Universidade do Recife, 2 na Universidade Rural de Pernambuco, 13 na Universidade Católica de Pernambuco e 5 fora dessas universidades. No mesmo ano, 9% dos professores superiores existentes no Brasil trabalharam em Pernambuco, ou, em números exatos, 1.156, num total de 12.768 para todo o país. Já no que diz respeito às matrículas, apenas 6% dos alunos de cursos superiores existentes no país se encontravam em Pernambuco. A disparidade entre o número de cursos superiores e de professores, respectivamente 8% e 9%, e o número de alunos (6%), em relação aos totais brasileiros, parece demonstrar que o desejo de dar educação de nível superior é maior que a possibilidade de a população a receber. Há mais possibilidades oferecidas que procuradas, tendo em vista esses dados comparados. No que diz respeito às conclusões de cursos superiores, sabemos que 749 pessoas os concluíram em 1955, em Pernambuco, ou sejam 6% do total brasileiro (cerca de 12.000).

Dos 4.563 alunos matriculados nos cursos superiores, naquele Estado, 3.385 (mais de 74%) se achavam nos classicamente liberais (Filosofia com 964, Direito com 783, Engenharia Civil e Arquitetura com 518, Medicina com 1.120). Dos 1.178 alunos restantes, apenas 316 se dedicavam ao estudo de tecnologias produtivas (106 engenharia tecnológica, 84 agronomia e 126 veterinária). Os demais (862) estudavam profissões derivadas ou assemelhadas às liberais. Isto significa que quase 93% dos estudantes de cursos superiores em Pernambuco se endereçam às profissões liberais ou suas assemelhadas, e apenas pouco mais de 7% procuram especializar-se em tecnologias produtivas. Isto é um reflexo da situação cultural do Estado, que, repetimos, não é essencialmente diferente da brasileira, mas a reflete, salientando ao extremo suas contradições.

## 6. Outros aspectos culturais

Em relação ao Brasil, tomado em seu conjunto, Pernambuco é um Estado pobre, pois sua renda per capita é inferior à média bra-

sileira. Se é o quinto Estado em população, se coloca em 17<sup>o</sup> lugar quanto à área territorial, o que o faz colocar-se entre os de maior densidade demográfica (suplantado apenas por Alagoas e São Paulo). Mas é o oitavo Estado na escala de contribuição para a renda nacional, sendo sua quota igual a 3,5% do total brasileiro, aproximadamente; sua renda per capita não ultrapassa de 3.419 cruzeiros por ano (1953), ao passo que a do Brasil (no mesmo ano) era de mais de 6.322 cruzeiros.

Sendo um Estado pobre, em relação ao país tomado como um todo, Pernambuco não pode dispor dos mesmos recursos culturais que outras unidades da Federação. Por isso, julgamos que não estaremos muito errados se, ao tentarmos medir qualquer realização cultural naquele Estado por uma comparação com o Brasil, e encontrarmos algo que represente mais de 3,5% do que é realizado no mesmo setor cultural em todo o país, estaremos diante de um esforço acima da norma brasileira. Evidentemente poder-se-ia obter uma fórmula exata para essa medida. Entretanto, para o fim que temos em vista, isto é, para uma compreensão geral do esforço pernambucano pelas realizações culturais, basta o critério grosseiro que indicamos.

No setor das associações culturais aquele Estado possui 3,8% das existentes no país, sendo o número de seus associados igual a 4,1%, com a particularidade de que, enquanto na maioria das unidades federadas predominam as associações de cultura física, em Pernambuco estas não chegam a constituir 40% das associações culturais.

Se tivermos em vista as exposições culturais realizadas nas capitais estaduais, veremos que elas se realizaram sobretudo em São Paulo e no Distrito Federal, pois que, como é óbvio, os demais centros urbanos do país ainda não constituem mercado suficiente para as artes, visto que os artistas procuram de preferência aqueles dois grandes centros, onde há maior concentração de riqueza e, por isso, maior possibilidade de venda de obras de arte. Apenas 0,6% dos expositores brasileiros e estrangeiros que, em um ano, 1955, realizaram exposições nas capitais brasileiras, procuraram Recife.

Também no setor do periodismo Pernambuco não se coloca em boa posição, em relação aos demais Estados, com apenas 2,7% dos jor

nais diários brasileiros, e 2,7% das revistas, dados êsses que se correlacionam com o número de estabelecimentos gráficos, correspondente a pouco menos de 3,0% dos existentes no país.

Registrando situação idêntica para as bibliotecas, em número de 48 cadastradas ( 2,2% das que o foram em todo o Brasil ) com 295.490 volumes (2,4% dos que foram contados em tôdas as bibliotecas cadastradas no país) estranhamos por que a contribuição do Instituto Nacional do Livro foi relativamente menor, em 1954, para um Estado pobre e carente de livros, que para outras unidades federadas, mais ricas e mais capazes economicamente de realizações culturais. Assim é que, de 1.517.246 volumes distribuídos por aquele Instituto a todos os Estados, apenas 43.624 foram para Pernambuco (2,9% do total).

Dos 3.142 estabelecimentos de espetáculos públicos, arrolados em todo o Brasil, em 1954, 171 se encontravam em Pernambuco (5,4%), com 72.879 lugares (4,2%), tendo proporcionado 55.551 espetáculos (5,1% do total brasileiro), assistidos por 11.600.000 espectadores durante o ano (4,1%). Considerando que as casas de espetáculos se localizam nas áreas urbanas e que, portanto, só os urbanistas delas podem tirar proveito, considerando que a população urbana de Pernambuco, em 1954, não podia ultrapassar de 1.300.000 pessoas, temos que cada pessoa teria tido oportunidade de assistir a êsses espetáculos 9 vezes por ano, ou menos de 1 vez por mês.

As médias estatísticas são, porém, equívocas e dão conta da distribuição real dos fatos computados. Assim, só o Recife dispunha de 54% dessas casas em sua área urbana, cuja população não seria superior a 38% da população urbana do Estado. "Pão e circo" era um lema que os imperadores romanos utilizavam para simbolizar o mínimo que se devia dar à plebe da grande cidade para evitar a sua rebelião destruidora. Pelas caracterizações que temos feito do padrão de vida em Pernambuco e, agora, de suas condições de diversão pública, nem pão nem circo há ali suficientemente. Isto sem levar em conta o prejuízo que a deficiência de diversão pública acarreta para o próprio desenvolvimento da cultura popular. Além disso, pelas percentagens indicadas, vemos que, se a questão é mais grave em Pernambuco que no país tomado como um todo, o problema é brasileiro, de modo geral.

Finalmente, embora sem ter abordado outros aspectos culturais, por falta de dados, cabe-nos dizer alguma coisa sobre a situação religiosa em Pernambuco. Como não podia deixar de ser, Pernambuco tem a maioria absoluta de sua população filiada ao culto católico romano. Sob certos aspectos parece que as instituições católicas são suficientes para atender aos seus fiéis, mas sob outros, não. Se tem apenas 148 igrejas matrizes (4,5% do total brasileiro), possui 232 igrejas comuns, (9,3%) 464 capelas curadas (9,0%), 580 capelas comuns, públicas (2,8% do total brasileiro). Vê-se, portanto, que, comparado ao país, aquele Estado parece dispôr de número relativamente suficiente de templos católicos. Correspondendo as igrejas e capelas comuns, em sua grande maioria, à localização em áreas rurais, parece que mesmo os rurícolas pernambucanos têm onde praticar sua religião. O mesmo não acontece quanto à possibilidade de assistência clerical ao povo, pois, se os dados de que dispomos são exatos, havia no Estado, em 1955, apenas 321 sacerdotes paroquiais (4,6% do total brasileiro) para uma população que corresponde a cerca de 7% da população brasileira.

Se o número de associações religiosas católicas não é muito grande (863 ou 4,7% do total brasileiro), o número de associados é mais ou menos proporcional à população, tendo em vista o que acontece no resto do país, pois atinge a mais de 261 mil, correspondendo a 7,3% dos existentes em todo o país. O número de batizados atingiu, em 1954, a quase 174 mil (7,0% dos havidos no país), o de casamentos religiosos a mais de 17.000 (4,9%) e o de comunhões a cerca de quatro e meio milhões (mais ou menos 5% das havidas em todo o Brasil).

Os números e as percentagens não indicam, pois, uma religiosidade muito intensa por parte dos católicos. Mas, por outro lado, embora se note progresso por parte de outros cultos religiosos, sua proporcionalidade numérica, a julgar pelos dados de que dispomos, não é muito significativa.

Em 1952 havia em Pernambuco 189 templos pertencentes a setas protestantes, cujo culto contava com cerca de 43 mil membros registrados, servidos por 209 ministros ou pastores. Tais números correspondem a aproximadamente 4% dos relativos a todo o país. Entre

tanto, se tivermos em vista os novos membros admitidos em 1953, quase 15 mil, teremos um crescimento relativo das seitas protestantes, em um ano, correspondente a mais de 34% da situação do ano anterior.

No que diz respeito aos cultos espíritas, as informações que obtivemos no Recife e em suas vizinhas é de que ele é muito intenso, sendo inclusive praticado por pessoas tidas como católicas ou, mesmo, assume por vezes um aspecto misto de catolicismo popular e africanismo. Até onde isto é verdade só estudos mais acurados poderiam esclarecer. Em todo caso, pelo trabalho realizado por René Ribeiro sobre cultos afro-brasileiros do Recife (Boletim do Instituto Joaquim Nabuco, nº especial de 1952), se nota perfeitamente que essa miscigenação de cristianismo católico e religiosismo africano é inegável, embora o referido estudo não nos permita avaliar sua extensão. O que é fato é que, pelo menos nas casas de culto afro-brasileiro, "em seus altares colocam-se lito-gravuras representando o Sagrado Coração de Jesus, ou Nosso Senhor do Bonfim, as mais populares devoções de nosso meio e que foram assim incorporadas e identificadas aos deuses africanos. Processo idêntico, aliás, também sucedeu na Bahia e em Cuba, onde Oshala é tido como o Santíssimo Sacramento ou como Jesus Crucificado"... O considerarmos o afro-brasileirismo religioso como espiritismo talvez não seja aceito por muitos. Todavia, temos para nós, como uma das características mais identificadoras do espiritismo, a crença na possibilidade de comunicação com o outro mundo, através da possessão ou de fenômenos semelhantes. Alguns distinguem entre baixo e alto espiritismo. Não sei bem a razão desse adjetivo baixo, parecendo que ele se refere sobretudo à magia negra ou magia maléfica. A distinção possível, cremos, nós, é mais quanto à origem, sendo um procedente da África e modificado pela influência do catolicismo popular, e outro procedente do Oriente, via Europa, mais refinado e sofisticado,

Os dados de que dispomos se referem a esta última forma de espiritismo, hoje bastante difundida no Brasil. Em 1953 havia 69 locais deste culto em Pernambuco (2,7% apenas dos existentes no Brasil), tendo realizado 7.606 sessões (2,3%), contando quase sete mil membros registrados, que, em um ano, aumentaram de 16% aproximadamente.

Se pudéssemos confirmar por dados numéricos as informações que obtivemos no Recife, creio que chegaríamos à conclusão de que o catolicismo romano e as seitas afro-brasileiras constituiriam os cultos dominantes em Pernambuco, indicativos ambos de um estado religioso já constituído nos tempos coloniais, e em que a reforma protestante teve quase nenhuma influência, sendo que, nem agora as seitas que dela resultaram conseguem ter maior significação, embora se note progresso relativo.

## 7. Conclusão

De tudo quanto acabamos de expor se conclui que Pernambuco, econômica e culturalmente, teve sua configuração atual já delineada nos tempos coloniais. Uma afirmação como esta pode, entretanto, ter duas interpretações, porque, caracterizado o estágio atual daquele Estado como de sub-desenvolvimento, pode-se atribuir àquele delineamento longínquo a causa da situação presente, ou, então, considerar a sociedade pernambucana como estacionária, não suscetível de mudança.

Não cremos que qualquer das duas interpretações seja exata. Os Estados brasileiros mais desenvolvidos também tiveram situação de finida ainda nos tempos coloniais, como São Paulo, por exemplo, com características muito semelhantes às de Pernambuco. Por outro lado no capítulo em que procuramos indicar alguns dos aspectos da área recifense, bem como nas referências que fizemos ao Agreste e ao Sertão, cremos ter surpreendido várias indicações de mudanças que se estão operando em Pernambuco. São várias as causas econômico-históricas que explicam o sub-desenvolvimento do Nordeste, quer interiores, quer exteriores à sociedade ali existente.

Enquanto um Estado como São Paulo, cujo grande ciclo econômico teve início intensivo já depois da independência, e por outros fatores além desse, pôde mais facilmente ir libertando-se do colonial, do qual existem apenas resíduos, Pernambuco, explorado em seu grande ciclo econômico do açúcar, principalmente durante os tempos coloniais, tem que lutar com maiores dificuldades, inclusive por motivos ecológicos, para renovar e reconstruir sua sociedade, onde, por isso, os resíduos coloniais são mais resistentes, mais atávicos,

se assim nos pudermos expressar. Despido das riquezas que as primeiras explorações produtivas lhe poderiam proporcionar, não chegou a constituir capitais e recursos que lhe permitissem um surto de desenvolvimento semelhante ao de alguns estados sulinos que, antes da independência, não foram sugados e expoliados como a região nordestina, quer se tenha em vista a colonização portuguesa, quer os invasores holandeses.

Estado pobre, com população densa, sem meios produtivos suficientes para lhe garantir um padrão de vida razoável, luta com as maiores dificuldades no setor da educação e do desenvolvimento tecnológico e cultural. As distâncias econômicas e culturais entre suas diversas classes sociais são de tal monta que o Estado é bem uma miniatura das contradições brasileiras. Por isso, por suas próprias condições internas, a recuperação de Pernambuco e todo o Nordeste, no sentido de um desenvolvimento mais acelerado e equânime ou justo, é tarefa que parece fugir às possibilidades do próprio Estado e do seu povo.

Esta verificação, que nos parece evidente, deve indicar que o Brasil precisa empenhar-se no planejamento de desenvolvimento econômico, cultural e educacional de uma área que, sendo a mais densa demograficamente, é também a mais necessitada relativamente, dentro do território nacional.

#### 8. Bibliografia consultada

1. Borges, Pompeu Acioly - Análise Crítica do Relatório do Dr. H. W. Singer sobre o Nordeste - CODEPE, Recife, 1954.
2. Duarte, Paulo - Geologia Econômica de Pernambuco - in Boletim Informativo da CODEPE, ano I, nº 3- Recife, maio-junho de 1954.
3. I.B.G.E. Estatística Agrícola Nº 3 - Estrutura da Economia Agropecuária de Pernambuco segundo o Censo de 1940 - A Produção Agrícola do Estado de Pernambuco nos anos de 1945 a 1949 - A Produção Extrativa Vegetal e a Produção Florestal do Estado de Pernambuco nos anos de 1945 a 1948.- Serviço Gráfico do I.B.G.E. - Rio, 1950.
4. I.B.G.E. A Alfabetização no Estado de Pernambuco, segundo o Censo de 1950 - in Estudos sobre a Alfabetização da População do Brasil - 3ª série, Estatística Cultural nº 5, 1953.

5. I.B.G.E. Estado de Pernambuco - Seleção dos Principais Dados - Censo Demográfico (1º de julho de 1950) - Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1952.
6. I.B.G.E. Anuário Estatístico do Brasil - Anos XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI (1950 a 1955)
7. Leonard, Olen- Problemas de Habitação Rural no Leste de Pernambuco - in Boletim do Instituto Joaquim Nabuco, vol.1, nº1 - Recife, 1952.
8. L.J.Lebret, O. P. - Um Estudo sobre Pernambuco que nos foi possível consultar quando ainda em provas tipográficas, e que seria impresso pela CODEPE (Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco). Não sabemos se a publicação já foi completada.
9. Montenegro, Olívio - Memórias do Ginásio Pernambucano - Recife, 1943.
10. Ribeiro, René - Cultos Afrobrasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social - in Boletim do Instituto Joaquim Nabuco, nº especial - Recife, 1952.